
010ª SESSÃO ORDINÁRIA 26FEV2018**(Texto sem revisão.)**

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

O Sr. Adeli Sell (Requerimento): Queria registrar a perda inestimável para Porto Alegre do jornalista, pesquisador, gente do bem, do Quaraí, João Batista Marçal. Nós perdemos uma pessoa inigualável, os mais antigos o conheceram do Jornal do Almoço, da rádio, pelas suas pesquisas, que são do movimento operário no Rio Grande do Sul. Quero aqui registrar essa perda que, como muitos e muitos escreveram, no final de semana, vai causar uma lacuna, portanto, em nossa Cidade. Em homenagem a João Batista Marçal, solicito um minuto de silêncio.

O Sr. Reginaldo Pujol: Sr. Presidente, para corroborar o Requerimento do Ver. Adeli Sell a respeito do João Batista Marçal, meu companheiro, meu conterrâneo de Quaraí, homem com quem eu tinha divergências ideológicas profundas, mas a quem eu dedicava um carinho especial pela autenticidade do seu comportamento; sou solidário com o Requerimento do Ver. Adeli Sell.

O Sr. Aírto Ferronato: Sr. Presidente, também sou solidário, muito rapidamente quero registrar a perda do nosso querido Marçal, que foi ex-Presidente do nosso Partido, PSB. Cumprimento o Ver. Adeli pelo Requerimento.

O Sr. João Carlos Nedel (Requerimento): Sr. Presidente, solicito também um minuto de silêncio pelo falecimento Diácono Júlio Vitor Kunzler, ontem ocorrido.

O Sr. Dr. Goulart (Requerimento): Sr. Presidente, eu gostaria de incluir neste um minuto de silêncio os inocentes que estão sendo assassinados de maneira contínua do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, para mim, hoje foi um dia profundamente feliz e especial. Na semana passada, eu vim aqui cobrar a questão do Hospital Público Veterinário que tão importante é para a nossa luta e o que ele representa, mesmo com todos os questionamentos que faço em relação ao dinheiro gasto na obra, ao que era prioridade. A partir de hoje, o hospital está aberto; a partir de hoje, o seu funcionamento é real. Eu fui até o Hospital para justamente fazer a inauguração. Na semana passada, conversei com o Prefeito Marchezan que me permitiu oficializar a inauguração. Ele passa a funcionar na quarta-feira.

Agora a nossa luta passa a ser outra. Na minha opinião, pela estrutura que o hospital tem, pelo seu tamanho, ele deveria funcionar como o HPS, por exemplo. Eu acho que esse deveria ser, inicialmente, um HPS, além de exemplo para outras capitais, exemplo de ter hospitais públicos em outras capitais, em cidades do interior, que eu acho que é uma luta fundamental. Ter em Pelotas, Santa Maria, Rio Grande, Torres, Uruguaiana, que pegam áreas das mais diversas. Mas, fundamentalmente, hoje, como não se tem acesso a nada – e eu conheço bem a realidade de Viamão, Guaíba, Alvorada, Sapucaia do Sul, Canoas, São Leopoldo, até Novo Hamburgo, atendo animais, diariamente, desses municípios, que não têm nada de políticas públicas. Viamão e Alvorada que estão ali do lado do hospital, inclusive, hospital a gente aprovou aqui no ano passado, é no município de Viamão. É fundamental que a Prefeitura, nesse momento, tenha bom senso para pensar nisso. Acho que agora vai ser aberta licitação para as ONGs assumirem esse hospital. Algo que eu vejo com bastante preocupação, porque também conheço as ONGs, e não quero questionar a idoneidade de nenhuma - até por que sei que no meu *metiê* as ONGs de proteção dos animais, a maior parte sobrevive de doação de ração, quase mendigando, não têm nem sequer CNPJ, ou qualquer tipo de coisa. Mas aquelas que são legalizadas e organizadas, essas nós temos que ver quem vai entrar para administrar esse hospital. E a minha preocupação é porque vai ser doado por um empresário aqui de Porto Alegre cerca

de um milhão para essa ONG administrar esse hospital, mas que isso vá para serviços mesmos, tem que ser transparente. E aí o Prefeito me assegurou, junto com o Secretário, algo com que eu estava preocupado, que a gestão dos atendimentos, das cirurgias, das castrações dos animais atropelados vai ser feita pelo Município. A ONG só vai realizar o serviço; o que me deixa mais tranquilo. Mas eu acho que além disso teriam que entrar também veterinárias, para a coisa ser bem profissionalizada, não ser só ONG, mas ter três, quatro ou cinco ONGs, até para uma supervisionar a outra, e ter clínicas veterinárias dentro do hospital para a coisa ser absolutamente profissional, porque esse valor que entra, mais o valor que pode ser arrecadado pelo Município, pode salvar muitas vidas, um trabalho que ficou, em boa parte, parado. E esses municípios, na minha opinião, tinham que ter um convênio com Porto Alegre, para, no mínimo, uma esfera de 50 a 100 municípios na volta de Porto Alegre também serem atendidos por Porto Alegre, como no HPS. Eu acho que há uma pobreza muito grande nesses Municípios da volta, muitos animais da Grande Porto Alegre – Viamão, Alvorada, Guaíba, da cidade carbonífera – são animais de Porto Alegre e esse hospital tem um grande papel a cumprir, até mesmo pela estrutura, se fizesse convênio com a Prefeitura.

Neste último minuto eu só queria agradecer ao Prefeito e ao Secretário Maurício por permitirem que se abrisse, pois era um questionamento que a gente estava tendo. Lamentavelmente não adiantaria anda só o cimento aberto e eu acho que poderia ser menor. Eu fui lá, conheci todo o hospital, é algo estratosférico, desnecessário inclusive, porque, talvez, num tamanho desse plenário, resolveria o problema dos animais. Mas, enfim, como a gente sabe que na política tradicional inaugurar obra é uma coisa positiva, não é Bosco? Inaugurar obra é uma coisa que muitos políticos ainda utilizam isso como marca, beleza. Agora, o fundamental, na minha opinião, é fazer aquele hospital funcionar 24 horas porque eu sou chamado à uma hora, às duas da manhã, e que fundamental receba os casos de emergência de toda Porto Alegre, da Grande Porto Alegre e até do interior do Estado e do litoral.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Muito obrigado, Ver. Rodrigo Maroni. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Queria inicialmente dizer, Ver. Rodrigo Maroni, o nosso em relação à política municipal de atendimento aos animais, uma vez que estava demorando a abrir esse hospital. É preciso que se tenha uma política adequada, precisa, porque, na época em que nós apoiamos a constituição da SEDA em Porto Alegre, havia promessa inclusive de destinar recursos da própria lei orçamentária para assistência aos animais, o que não foi feito. Portanto, conte com nosso apoio na ampliação do atendimento à questão dos animais na cidade de Porto Alegre.

Quero usar o tempo de liderança do nosso partido porque na sexta-feira, Ver. Pujol, foi entregue o relatório que tratava das isenções no transporte coletivo em Porto Alegre, inclusive, o Ver. Janta foi o Relator. Nós votamos a favor do Relatório, porque ele é contra a retirada dos direitos conquistados pela grande maioria de vários segmentos ao longo de décadas. Falo, por exemplo, que o Governo quer reduzir o meio passe dos estudantes – o Ver. Carús preside uma Frente Parlamentar em relação a isso –, e nós não concordamos com essa redução. Hoje os estudantes têm 75 passagens, e o Governo quer reduzir para 50. Falamos aqui também sobre o fim das isenções para os idosos, de 60 a 64 anos de idade. O Governo quer não só terminar com isso, mas quer implementar um corte de renda de até três salários mínimos para as futuras isenções. É muito baixo três salários mínimos! Hoje o teto para o cidadão se aposentar não chega a R\$ 6 mil, não chega a seis salários mínimos. É importante que o Governo encontre alternativas para aumentar esse teto de três para seis, no mínimo, para nós abrirmos uma discussão nesta Casa, porque, da forma como o Governo mandou para esta Casa, é impossível abrir um diálogo. Infelizmente, Ver. Alex, o Governo abriu um diálogo com os empresários, não abriu com a sociedade, não abriu com a Câmara. Pelo contrário, critica muito a Câmara, independente da posição que ela obtém aqui em relação a cada bancada.

Ver. Alex, o senhor que é professor, o Governo acaba com o meio passe para os professores da rede pública. Eu não estou discutindo sobre a rede privada, que é uma outra questão. Mas é inadmissível, pelo salário que, infelizmente, o Poder Público paga, que esses professores não tenham o meio passe.

Poderíamos falar também nas pessoas com deficiência. Mais do que isso: pessoas com deficiência que dependem de uma medicação especial, de uma consulta especial, ou de um acompanhamento médico. O número de passagens ora obtido para essas pessoas é

de extrema importância para continuarem a ter o direito à vida, o direito a ir e vir. Não dá para simplesmente imaginar que isso tem que acabar do dia para a noite. Nós podemos concordar, é claro, que tanto o idoso quanto uma pessoa com deficiência tenham um certo limite, que não seja aberto para que usem dez, doze vezes num dia. De fato, se o cidadão obtém a carteirinha do idoso ou do meio-passe ou de qualquer isenção, os empresários do transporte coletivo poderiam adotar um sistema para identificar a pessoa, impossibilitando a falsificação. Mas o próprio sistema oferece fraudes, e os empresários não a combatem na medida em que não há o controle. Então, é óbvio que esses projetos têm que ser muito debatidos na Casa, como a não utilização de cobradores de ônibus. São milhares de empregos que serão extintos, e que nós, observando a enorme recessão porque passa o País, não podemos concordar com a eliminação desses pontos de trabalho - é lamentável. O Poder Público tem que buscar alternativas para subsidiar o transporte público em Porto Alegre, como, por exemplo, o pagamento do imposto dos aplicativos, das multas na Cidade, transferindo, então, esses recursos para subsidiarem a passagem; mas, não, os empresários agora querem ajustar as passagens em 12%. Isso é um crime! É inadmissível! O reajuste dos rodoviários foi de 1.85%, e não podemos admitir que seja possível aumentar, novamente, as passagens! Primeiro vamos discutir a segurança no transporte coletivo; o cumprimento do horário dos ônibus, até porque o nobre Prefeito, na época da campanha, prometeu que poderíamos acompanhar pelos aplicativos o tempo que demoraria um ônibus para chegar na parada. Queria dizer que o Relatório do Ver. Cláudio Janta é importante, e que nós, enquanto bancada do PT, com certeza estaremos defendendo não só a posição dada pelo Relatório, como também a posição dada e muito discutida de se flexibilizar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

0 SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Muito obrigado, Ver. Oliboni. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores que acompanham os nossos trabalhos, Vereadores e Vereadoras, uma saudação especial. Eu venho falar em liderança pelo meu partido, o PSOL, portanto em nome da Ver.^a Fernanda Melchionna e do Ver. Roberto Robaina, comentar sobre alguns temas que têm circulado nos veículos

de comunicação. O Ver. Moisés Barboza, Líder do Governo nesta Casa Legislativa, muitas vezes usa palavras duras para se referir aos partidos de oposição, de certa forma enaltecendo justamente a nossa postura dura e o nosso combate incisivo às práticas que o Governo vem adotando na nossa Cidade, mas, infelizmente nós não encontramos muitos fatos positivos na atual gestão para enaltecê-la, e, por conta disso, as nossas críticas tão pesadas. Mas para acalantar o coração do colega Moisés Barboza, nosso maluco do bem, eu trago aqui um fato que me chama atenção com relação ao que foi veiculado hoje no jornal Zero Hora, na coluna do jornalista Paulo Germano, com relação às novas diretrizes para a Cidade Baixa, um bairro sabidamente boêmio da cidade de Porto Alegre, em que o Secretário Adjunto Siegle colocou algumas diretrizes para que nós possamos repensar essa área da nossa Cidade que vem tendo espaço bastante negativo por conta, justamente, dos moldes da ocupação que têm sido feitos nesse espaço pelos habitantes da nossa Cidade. E o secretário adjunto traz alguns temas para debate, para que nós possamos repensar esse espaço, repensar essa área de Porto Alegre – isso nos é muito bem-vindo. Por exemplo, a possibilidade de termos bares funcionando 24 horas por dia nesses locais é interessante, porque a própria secretaria percebe que, com a obrigatoriedade do fechamento dos bares às duas horas da manhã, isso aumenta, e muito, os transeuntes. Se os bares tiverem o seu período prolongado, talvez as pessoas fiquem em recintos fechados por mais tempo, o que, de certa forma, tem um impacto minorado, frente aos moradores que tanto reclamam da ocupação atual dessa região da Cidade. Há muito tempo, não temos nesta Cidade, campanhas de conscientização da população. Eu já falei nesta tribuna, em outros períodos, muito bem lembrado pelo Ver. João Bosco Vaz, sobre a campanha Urbano Limpeza, quando o Diretor do DMLU era o Vieira da Cunha. A nossa Cidade, que eu lembre, nunca foi tão limpa quanto antes. Precisamos desse tipo de campanha novamente, uma campanha que chegue até a população, que tenha uma cobertura completa em nossa Cidade. Então, campanhas de conscientização são muito bem-vindas. Rua João Alfredo: nós precisamos ocupar esses espaços, trazer as pessoas para as ruas, e não mais os veículos automotivos.

Mas, como nem tudo são rosas, também preciso usar esse tempo de Liderança do meu partido para destacar que o descaso com a educação continua se aprofundando em nossa Cidade. O contrato com a empresa terceirizada que presta serviço de limpeza e produção de alimento nos refeitórios das escolas não foi renovado desde dezembro do

ano passado. As nossas escolas de educação infantil estão sem equipes de limpeza e sem refeitório funcional. As nossas crianças não estão tendo alimentação a que têm direito nas escolas de educação infantil desta Cidade. É claro que no calendário escolas as escolas de ensino fundamental, que trabalham com os maiores, ainda não começaram seu ano letivo, mas os pequenos já estão em sala de aula, trabalhando, sem receber alimentação.

Não venha o Governo, através de seu Secretário Municipal de Educação, Sr. Adriano Naves de Brito, dizer que não sabia, pois ele está há um ano encabeçando essa Secretaria, e o contrato venceu em dezembro do ano passado. Nós estamos no final de fevereiro, dois meses para a renovação de um contrato, que presta um serviço tão importante, ou para abertura de nova concorrência pública, por favor, é irresponsabilidade; no máximo, podemos taxar como incompetência de uma Secretária que não sabe o que está fazendo e, quando faz, faz muita bobagem que está afetando a vida, o ensino, a educação, bem como os direitos das crianças de Porto Alegre. Essa irresponsabilidade tem um preço muito alto e a nossa Cidade não merece pagar por isso. Portanto, se o Secretário não tem competência para gerir uma Secretaria tão importante, que peça para sair. Ou então que o Prefeito faça, cumpra a sua responsabilidade e exonere o Secretário Adriano Naves de Brito, porque não podemos brincar com um assunto tão sério que é a alimentação e a educação de nossas crianças. Um grande abraço e boa tarde de trabalho.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Ilustre Presidente, Ver. Valter Nagelstein; Sras. Vereadores e Srs. Vereadores; hoje, pela manhã, vários Vereadores participaram de um café da manhã promovido pelo Sindicato de Hospedagem e Alimentação de Porto Alegre e Região – Sindha, com o Sr. Prefeito Municipal. Esse café da manhã visou aumentar o diálogo entre as entidades, a Câmara e o Executivo. Eu quero cumprimentar e agradecer as presenças de vários Vereadores que lá estiveram, mas quero cumprimentar

especialmente o nosso Presidente Valter Nagelstein pelo seu brilhante pronunciamento e pelas oportunas colocações que fez em defesa do bem comum e da nossa sociedade.

Ficou definido, nesse encontro, que a Frente Parlamentar do Turismo – Frentur realizará reuniões conjuntas com o Sindicato e também com o Executivo para acompanhar os projetos especialmente turísticos em andamento na nossa Cidade. Indico, especialmente, a criação do Centro de Eventos de Porto Alegre, a liberação e a inauguração de parque da revitalização da nossa orla, e também o acompanhamento do andamento das obras do Cais Mauá e a ampliação da pista do nosso aeroporto. Achei a reunião muito importante, o diálogo cresceu, o diálogo melhorou, e é disso que a nossa sociedade precisa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. João Carlos Nedel, e agradeço pelas referências elogiosas do ilustre Vereador, muito obrigado.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, sexta-feira, aqui nesta Casa, no período da manhã, encerrou-se a Comissão Especial que tratou da questão dos cinco projetos do Executivo que estão nesta Casa, que tratam das isenções. O relatório foi lido e aprovado por seis votos a quatro; o Presidente manifestou que se votasse, e ele só votaria em caso de empate – votaria contrariamente ao relatório. Discutiu-se muito aqui, e dois Vereadores apresentaram um voto com destaque, propondo que, junto com o relatório, se discutisse a respeito dos 2% de ISS na questão do transporte, sobre a bilhetagem no Município de Porto Alegre, e também se discutissem outras questões. O sistema de transporte não é constituído somente por essas cinco isenções: a isenção dos estudantes, isenção dos idosos, isenção das pessoas portadoras de deficiência, isenção dos professores, e composto pelos cobradores de ônibus. O sistema de transporte é composto por uma série de outras coisas. E a atual gestão do Governo – um Governo que não conhece a Cidade, não conhece o dia a dia das pessoas. E, diariamente, comprovadamente, nós vemos isso: um Governo que vive em outro mundo, não conhece a realidade da nossa Cidade, porque o seu Secretário de Educação chega aqui nesta Casa e diz que o que engorda as crianças é repetir a merenda escolar.

No meu caso, que nasci e me criei no Morro da Cruz, a merenda escolar era a única refeição do dia. O que me garantiu esse corpo aqui não foi a merenda escolar, mas a fritura, o refrigerante, o carboidrato, coisas que não são oferecidas na merenda escolar.

Este Governo, que diz que todas as escolas do Município têm que funcionar no mesmo horário, não conhece a realidade dos pais que moram nas comunidades carentes. Este Governo que demitiu a Secretária de Assistência Social, porque ela queria, primeiramente, devolver o viaduto da Borges de Medeiros para a população de Porto Alegre, ele disse que tinha que fazer tudo de uma vez só.

Este Governo, que diz que tem que realocar as contas públicas, mexendo no direito dos servidores municipais, mas não quis enfrentar os grandes salários. Quando se criou um teto aqui nesta Casa, o Governo recuou.

Este Governo, que agora diz que a questão do transporte é só as isenções, mas não é o Fundo Municipal de Transporte Coletivo, do qual ele detém o poder hoje em dia e não presta conta para esta Casa, de um ano que já existe esse fundo. Onde foi esse dinheiro? O que fez com esse dinheiro das pessoas que perderam o cartão Tri, o dinheiro que fica se movimentando nesse Fundo Municipal de Transporte de toda a bilhetagem que o Governo administra em Porto Alegre, todo o cartão Tri? Tudo isso, hoje em dia, quem administra é a Prefeitura de Porto Alegre, tudo isso faz parte do cálculo da tarifa. As baldeações que hoje várias empresas estão fazendo, vários bairros, a Restinga, o Parque dos Maias, o Rubem Berta, a Lomba do Pinheiro, o Partenon, isso faz parte do cálculo da tarifa. Tudo isso. O Prefeito foi Deputado Federal por dois mandatos, nenhuma vez ele se levantou para discutir a questão da isenção do óleo diesel para o sistema de transporte municipal. Nenhuma vez se viu ele fazer isso. Então não adianta querer jogar tudo isso em cima da população, quando diz que não vai mais manter a isenção de 2%. Porque, meus Pares, não dá para confiar neste Governo. O Governo fez um acordo com os Vereadores desta Casa de que o carnaval de Porto Alegre ia sair, de que o Governo ia cumprir a lei, e eu não estou falando do dinheiro, estou falando das estruturas do Porto Seco com as escolas de samba, e o Governo vetou. Não dá para confiar neste Governo, em hipótese nenhuma. Não dá para confiar neste Governo que demite seu Secretário porque não queria fazer as políticas de alocação dos moradores de rua. Não dá para confiar neste Governo que demite seu principal Secretário porque ele queria fazer a interlocução política com esta Câmara. Não dá para confiar neste Governo que demite

pág. 9

seu Líder de Governo, pela imprensa, porque queria discutir a questão do transporte, com seriedade, em Porto Alegre, e não tirar as vantagens das pessoas com as passagens de ônibus. Não dá para confiar neste Governo que não conhece a cidade de Porto Alegre, que não conhece a realidade do seu povo. Não dá para confiar neste Governo que não faz a transparência na questão da gestão da bilhetagem em Porto Alegre e diz que tudo isso é questão das isenções. No Rio de Janeiro, em São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Recife as passagens têm menos isenção que Porto Alegre e nenhuma delas é mais barata que em Porto Alegre. Então, o furo é bem mais embaixo. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Cláudio Janta. Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. André Carús está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. ANDRÉ CARUS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara e, agora, numa recente inovação aqui desta Casa, também com transmissão ao vivo nas redes sociais pelo perfil oficial da Câmara no Facebook. Eu vou utilizar hoje o período de Grande Expediente para fazer uma reflexão, uma vez que nós já estamos na véspera do Dia Mundial da Água, que se comemora em 22 de março, sobre este ativo das cidades e do mundo. Nós temos um debate muito atual que vem sendo travado na nossa Cidade sobre o papel do DMAE como departamento responsável pela gestão do saneamento em Porto Alegre, e um outro debate que passou a ser levantado também, após a aprovação aqui, por maioria na Câmara, da extinção do DEP, o então Departamento de Esgotos Pluviais.

Muitos são os desafios para que se preservem, Ver. Mendes, os recursos hídricos, e os desafios não estão só no rol de competências do Poder Público. É preciso também que a população faça a sua parte. Nós temos, hoje, um exemplo que está no cotidiano da Cidade, que é o arroio Dilúvio, que ainda recebe um volume muito acentuado de poluição, e é a ação humana que responde muitas vezes por isso. Temos aqui na Casa uma frente parlamentar, que é presidida pelo Ver. Moisés, tratando do tema do arroio Dilúvio.

Nós estamos – e é de conhecimento público – enfrentando uma das mais sérias crises financeiras da Cidade. Como já disse aqui em outras oportunidades, a Câmara não tem faltado com Porto Alegre, aprovando projetos que vão na direção da redução do gasto público e também da superação da crise que vem sendo enfrentada. Na seara desta crise é que chegou a esta Casa, ainda em 2017, o projeto de emenda à Lei Orgânica, que tem por objetivo fazer com que o DMAE receba uma parceria público-privada. E ressalte-se que o Poder Executivo conta com um órgão específico para formar essas parcerias, que é a Secretaria Municipal de Parcerias Estratégicas, diga-se de passagem, conduzida pelo competente Secretário Bruno Vanuzzi, que também é Procurador-Geral do Estado. Mas acho que já passou da hora de a Secretaria Municipal de Parcerias Estratégicas se assumir com a gentileza com que trata os temas, mas tem que fazer alguma coisa, porque não é só anunciar parcerias que futuramente podem servir a Cidade, sejam elas na área do saneamento, da iluminação pública, que já foi aqui debatida, na própria área da limpeza urbana e gestão de resíduos sólidos, mas é preciso que a parceria estratégica se torne realidade em favor do cidadão.

Quero aqui resgatar, neste contexto, que o relatório divulgado pelo DMAE em 2016 mostrou que o índice do tratamento de esgoto em 2015 em Porto Alegre já tinha atingido o percentual de 65,29%. Isso muito se deve pela aplicação, pelo investimento e por toda a dedicação que o Poder Público Municipal imprimiu junto ao PISA – Programa Integrado Socioambiental. Pelos recursos internacionais que aqui foram alocados, a partir do PISA, ampliou-se o percentual de tratamento de esgoto de Porto Alegre, que era pouco mais de 20% lá em 2005. A partir do PISA foram ampliadas essas conquistas.

Também vale lembrar que Porto Alegre só conseguiu recursos do Banco Mundial, conseguiu recursos do BID e de outros organismos internacionais de financiamento porque quando o então Prefeito Fogaça assumiu o Governo Municipal estávamos no SPC, Ver. Ricardo Gomes, estávamos no vermelho, e durante um ano foi feito um trabalho de recuperação das finanças do Município, que à época também contou com o apoio do Legislativo. E o PISA se tornou realidade porque Porto Alegre recuperou essa capacidade de endividamento e de contrair financiamentos que pudessem servir ao cidadão, pois a rede de esgoto sendo tratada e ampliada serve diretamente à promoção da qualidade de vida.

Também quero aqui fazer referência a uma iniciativa que foi levada a efeito pelo Governo do Estado através da Corsan. Lá, a universalização do saneamento da região metropolitana passou a ser realidade na medida em que o Governo do Estado, mesmo com uma crise mais profunda nas finanças do que o Município, anunciou a realização dessa parceria público-privada. As bacias dos rios que estão no centro metropolitano do Estado do Rio Grande do Sul – o rio dos Sinos, o rio Gravataí, o rio Jacuí e o próprio Guaíba – poderão ser beneficiadas, sim, com a universalização do saneamento que se pretende com a parceria público-privada da Corsan. Existe uma previsão de investimentos de quase R\$ 2 bilhões, mais precisamente R\$ 1,85 bilhões. E essa parceria público-privada da Corsan não causou nenhum conflito e também não trouxe nenhuma insegurança aos servidores do Estado que estão lá hoje lotados, exercendo as suas funções na Corsan.

Já disse aqui mais de uma vez: o projeto do DMAE, na minha avaliação – uma vez que existem, Ver. João Carlos Nedel, marcos regulatórios para as parcerias público-privadas em leis federais, estadual e municipal –, talvez não exija a necessidade de emendar a Lei Orgânica. E para que o servidor do DMAE e para que a população também não se sinta insegura no sentido de que possa aumentar o valor da tarifa do serviço que é cobrado, ou para que o servidor também não fique aqui caindo no discurso de que é privatização, vamos dialogar mais sobre o projeto do DMAE. Mas esse diálogo tem que ser em favor da cidade e não um discurso que vem aqui simplesmente para enfrentar a corporação A ou B, ou para contrapor discursos ideológicos. Nós precisamos enfrentar a PPP que se pretende para o DMAE da mesma forma como para as outras áreas, com sinceridade. O cobertor é curto do orçamento público, mas nós precisamos, sim, fazer com que o cidadão seja o maior beneficiário disso.

O Sr. Adeli Sell: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) V. Exa. que já foi gestor público tanto no meio ambiente e mais recentemente no DMLU, sabe da importância do DMAE na cidade, como também soube, porque esteve lá, a questão do DEP. Só que hoje o Governo não sabe o que é DMAE, o que é DEP, quem cuida de uma coisa e outra e nos pediram para apoiar para haver uma junção. Essa junção não existe. Então, se nós temos regiões da cidade, como o Maria Goretti, Sarandi debaixo d'água e coisa do tipo, que se faça um projeto para aquela região. Não precisa de PPP. Por que a

Prefeitura não adota um aluguel de ativos, quando tem um departamento como o DMAE que tem entrada de dinheiro todo o mês e tem inclusive sobras, que poderia financiar um projeto desse a longo prazo. Coloco isso para o senhor, se o senhor achar conveniente fazer uma reunião especial, quero ser seu parceiro.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Obrigado, Ver. Adeli. E há sem dúvida alguma uma confusão de atribuições naquilo que competia ao DEP, agora extinto, e naquilo que é competência do DMAE. Então aproveito este período do Grande Expediente para fazer também um apelo ao Poder Executivo, já que estamos na véspera do Dia Mundial da Água, todo o início de ano ou período de mais longa estiagem ressurgem a discussão sobre a qualidade da água que é fornecida aos porto-alegrenses. Se, de fato, as estações de tratamento hoje estão dando conta daquilo que devem fazer. Todo o período mais longo de seca, com pouca chuva, o cidadão de Porto Alegre novamente convive com o mau cheiro, o gosto ruim da água e reascendem discussões. Ver. Valter, V. Exa. por algumas vezes já tratou do tema, se o DMAE deve captar para ser tratada e fornecer à população exclusivamente água do manancial hídrico Guaíba. Por que não também experimentar também a captação em outros mananciais, especialmente no Jacuí? Até porque os comitês de bacia que tem a representação da sociedade, que tem o controle social, também estão de acordo com essas medidas. Uma outra questão que é importante e é um projeto que acabou adormecido neste último ano, que diz respeito à relação da segurança hídrica e à garantia de abastecimento para as atuais e futuras gerações, que é um preceito, um princípio da preservação do ambiente natural, devido as mudanças climáticas. Nós tivemos, ao longo dos últimos dois anos, um ativo de um debate que foi feito para que Porto Alegre adotasse uma estratégia de resiliência e também de controle ou redução da emissão dos gases poluentes que influenciam as mudanças climáticas. São esses eventos climáticos abruptos que causam enormes transtornos no espaço urbano, que podem comprometer a segurança hídrica e que podem fazer com que a água chegue ou com menos qualidade para consumo do cidadão ou, num determinado espaço de tempo, possamos ter problemas sérios de escassez e comprometa o abastecimento da população. Segurança hídrica e qualidade da água estão diretamente relacionadas. Nós estamos em contatos com diversas entidades com representações da sociedade civil organizada e já estamos, a partir do nosso mandato, organizando, para o dia 23 de março, terça-feira, um dia após

a comemoração do dia mundial da água, um seminário para que se enfrentem esse e outros temas. Nós precisamos saber até onde vão os limites do poder público sobre a gestão do saneamento e até aonde se admite a entrada do setor privado nesse desafio. Mas, acima de tudo, a água é um bem que promove qualidade de vida, e zelar pela água é zelar pela vida dos porto-alegrenses. E os órgãos de saneamento estão diretamente vinculados a este desafio. Os próprios objetivos para o desenvolvimento sustentável que foram propagados, divulgados pela ONU estão muito claros nesse sentido. E também não cabe só ao poder público, faz-se também necessário que a população seja mais responsável com o uso da água. Não desperdice, pequenas atitudes podem representar uma economia importante para que a escassez não nos alcance no futuro. Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Muito obrigado. Só para reforçar, sobre o tema que o Ver. Carús nos trouxe, no dia 5 de abril, nós teremos uma sessão especial, numa quinta-feira, a bordo de um barco, muito provavelmente, do nosso Catamarã, para tratar a questão da água. A Câmara se deslocará, será, talvez, a primeira sessão, a primeira vez que nós faremos uma sessão da Câmara Municipal de Vereadores embarcada para tratar sobre a questão da qualidade da água, para tratar sobre transporte hidroviário, para tratar sobre turismo náutico, para tratar da relação de Porto Alegre com seu Lago Guaíba e rios contribuintes.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. CASSIÁ CARPES: Quero saudá-lo, Presidente Valter Nagelstein, e aproveitar este Grande Expediente para fazer algumas considerações nas esferas nacional, estadual, e municipal, nosso território de maior debate. Pasmem os senhores e senhoras, na Sessão da Câmara Federal que decidia a questão da intervenção no Rio de Janeiro, apenas 413 Deputados se fizeram presentes. Cem Deputados não se fizeram presentes! Aí alguém deve estar pensando: isso não era relevante. Ver. Cecchim, imagina nós, aqui na Capital, ter que decidir uma situação de um bairro e não irmos lá decidir a questão do bairro. Era uma questão do Brasil, de um dos maiores Estados, o segundo mais populoso deste País, pólo de turismo, velha capital federal, e um debate... Eu sempre digo que o parlamentar

tem que votar. O regulamento diz que pode votar contra, a favor, ou até abster-se. Na Câmara Federal também é assim. Mas cem Deputados Federais não foram, e vários Senadores não foram, inclusive um do Rio Grande do Sul parece que não esteve presente. O nome deles vou citar aqui porque está na mídia: dos Deputados Estaduais, Afonso Motta, do PDT; Danrley de Deus Hinterholz, do PSD; Heitor Schuch, do PSB, Jerônimo Goerge do meu Partido, PP, Pompeo de Mattos do PDT e Alceu Moreira do PMDB; e Senadores, parece que o Senador Paim foi o único que não compareceu. Então, me parece que aí mostra o desanimo com a política, de ambos os lados. Mas também mostra uma coisa em nível nacional, que a maioria dos Deputados Federais não vão a Brasília, não vão. Só vão em casos excepcionais, mas, na média, não se fazem presentes na Câmara Federal e no Senado. Na Câmara Federal são mais, são 513. em síntese, devido a um artigo, que estabelece que as Lideranças podem votar, Ver. Alex, em nome desse Deputado. Isso cria um precedente, ou seja, fazem um acordo entre as bancadas e avisa o seu Deputado em seu Estado, diz: "Olha, se quiser, venha, mas não precisa vir, porque aqui nós já acordamos." Este é o Brasil do momento, onde os Deputados Federais, principalmente, têm a Casa mais importante, porque o Senado é revisora, mas a Câmara Federal é que estabelece as regras, os projetos. Lá se estabelece que quando não estiver o Presidente, Vice-Presidente, quem assume a presidência é o Presidente da Câmara. Muita gente pensa que é o contrário, o Senado, não é o Presidente da Câmara, está bem claro aqui. Portanto, é a Casa mais importante, onde se estabelecem os horários políticos, as demandas dos partidos, os valores de Fundo Partidário, dos benefícios dos partidos nas eleições, tudo, horário político, é tudo, é pela Câmara Federal. E aí não se vê importância. Goste ou não goste da intervenção, mas tem que estar lá, para dizer, não, sim ou abstenção, mas tem que estar lá. Presenciando, participando da vida. Então, foi, sem dúvida uma mancha que passou despercebida, mas que a gente deve salientar, voltando aqui para o nosso Estado, eu gostaria que os Vereadores se debruçassem sobre esse tema, embora não seja questão municipal, é do Estado, o CET, Centro de Treinamento do Estado, nós tivemos vários Vereadores, o Presidente Valter, eu, a Mônica, desculpe a Comandante Nádia estivemos reunidos com a Brigada Militar que nos mostrou o projeto da Brigada, belíssimo, belíssimo. Mas depois eu vou ver os fundos, que serão estabelecidos através de leilão, já se falou que também vai para os presídios, novos presídios. Portanto, não vai todo o dinheiro na construção de um novo

quartel ou na reestruturação lá nos quartéis que têm áreas para construção, na Av. Bento Gonçalves. É um pouco para cada um, mas a Brigada merece, ela tem que restaurar a organização, crescer na sua estrutura administrativa para que possa dar maior solidez ao seu quartel, aos seus homens. Faço uma consideração: nós todos – quem não gosta de viajar? –, quando vamos para o exterior, sentimos a segurança que existe lá, e a gente quase não vê na rua, é uma questão de educação e cultura, a falta de segurança; e quem tem casa vai entender o que eu quero dizer, nos dá a noção do que nós gastamos em segurança para ter insegurança, ou seja, o que nós temos de contingente para fazer segurança não consegue fazer e gasta milhões que nós poderíamos estar gastando com educação, com cultura. Gasta-se demais em segurança e não se aproveita aquilo que poderia ser um rendimento maior nessas questões. O Brasil vai de mal a pior. Quando nós vamos lá fora, quando entramos num beco do Velho Mundo, o continente europeu, nós lembramos do Brasil de cara: “Será que posso passar nesse beco?” Parece que estamos no Brasil, que não se pode passar no beco. Eles convivem com essa realidade, normalmente, de dia e de noite, não se vê segurança humana, mas tem segurança, porque tem cultura e educação, isso é importante.

Outro projeto é o do CETE. Acho que a comunidade do Menino Deus, e de toda a Porto Alegre, que usufrui daquele espaço maravilhoso, aqui na Rua Gonçalves Dias, vai ter que participar de uma grande audiência pública. O Corpo de Bombeiros é uma das instituições mais valiosas, mais respeitadas deste Estado e está com um projeto para adentrar ali, para o lado que tem o estacionamento, e que seria, Ver. João Bosco, o museu do esporte e a arquibancada. Isso tem que esquecer mesmo, porque não vai sair e os Bombeiros vão tomar conta ali. Eles não iriam levar os seus instrumentos, só a administração, e isso pode ser debatido com a comunidade, com a sociedade. Acho que o Corpo de Bombeiros, no meu entender, é bem-vindo pela questão da segurança, mas ele vai tomar conta de toda aquela área e o esporte ficará isolado, poderá entrar por um espaço secundário, poderá ficar em segundo plano. Então é só conversar. Fazer um acordo com os bombeiros para que nós tenhamos, as duas instituições, porque o esporte já perdeu demais, perde na Capital, perde no Estado e, automaticamente, tenho certeza que o local pode ser elaborado e coordenado com os bombeiros que é uma grande entidade.

Vindo para o Município, eu gostaria que o meu Partido, o PP, pudesse conversar com o Prefeito de igual para igual. Onde podemos contribuir no que não está funcionando? As

36, 37 secretarias não estão funcionando, não deram certo e até agora não foram regulamentadas. Vamos pegar a DIP, Divisão de Iluminação Pública que era da SMOV, funcionava tão bem com quatro equipes de várias regiões da Cidade e hoje não se sabe de quem é, quem está comandando, perdeu a legitimidade e a estrutura da SMOV, que virou uma secretariazinha, que depende de um diretor que depende de um secretário mais acima. Então a DIP está com imensa dificuldade. Agora, novamente, tem que se fazer outra licitação para iluminar Porto Alegre. Isso me surpreende. Eu fui secretário quando foi feito o Plano de Iluminação. Agora vão fazer outro. O que está falhando? Onde está a falha? Claro que precisa de iluminação, a Cidade cresceu! Mas tem que ter cuidado, parece que o BNDS, o Badesul vai financiar. Mas a DIP é uma instituição que está desamparada e esse é o grande problema. Veio essa instituição mineira para Porto Alegre que definiu para a Prefeitura essa nova reestruturação administrativa sem conhecer a Cidade. E agora ela depende de uma nova estruturação saindo desses parâmetros, porque parece que ela está falhando em Minas Gerais e aqui em Porto Alegre também. Não é dessa forma. Eu sou da época da SMOV e a SPM. A SMOV com a DCVU, Divisão de Conservação de Vias Urbanas, que fazia todo tapume de buracos, ruas, 3ª Perimetral. Tudo era centralizado na SMOV. E a SPM, Secretaria de Planejamento Municipal que ficava no prédio, no quarto andar, era comandando, naquela oportunidade, pelo ex-vereador Isaac Ainhorn, fazia questão do meio ambiente e a questão do EVU. Trabalhava em conjunto, no mesmo prédio, não tinha problema nenhum. Depois se criou a SMURB, depois veio a EdificaPOA, começou se tirar a capacidade de grandes secretarias que tinham maquinários, que tinham duas usinas de concreto, de asfalto. Esta Casa votou sim, porque entendia que era necessário diminuir as secretarias. Mas esse desmembramento não. Esse desmembramento dá para ser revisto para atender melhor o cidadão, lá na ponta, com capina, com iluminação, com asfalto melhor, dá para melhorar as condições de Porto Alegre.

Acredito que este ano, com o Orçamento sendo do próprio prefeito, do próprio Executivo, possa melhorar as condições de atendimento ao cidadão. Às vezes, uma grande obra não chama tanto a atenção, como esse atendimento de ponta, a poda de árvores, melhor iluminação, melhoria nos asfaltos, coleta de lixo, tudo isso no dia a dia, os relógios que estão até hoje desligados na Cidade, há mais de anos, ações de moradores. As pessoas querem ajudar o Poder Executivo, mas o Poder Executivo tem que entender se ele

esperar aumentar impostos, arrecadar mais vai passar dois ou três anos e automaticamente vai faltar condições para socorrer esse cidadão que está lá na ponta e que vê seu bairro abandonado, sua comunidade abandonada, e conseqüentemente, não terá resultados.

Então, eu torço e vou tentar ajudar nesta Casa para que nós tenhamos uma Prefeitura mais enxuta. Esqueça se o Orçamento é menor; que o outro deixou para trás um rombo; que o IPTU não pode ser... Não. Administre, tome decisões, nas secretarias para melhorar o atendimento ao cidadão na ponta. Nós, Vereadores, nunca fomos tão desprestigiados porque a sociedade cobra de nós também, embora não sejamos Executivo, cobra de nós, Presidente. Muito bem a sua aparição com vários Vereadores, contará conosco em alguns detalhes, em alguns problemas da Cidade, para dialogar com o Executivo. De lá para cá não se pode impor e daqui para lá também não, mas dá para dialogar, dá para harmonizar. A Cidade pode ser melhor do que está com a colaboração do Legislativo. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Cassiá.

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, secundando ao Ver. Cláudio Janta, que foi um brilhante relator da Comissão por mim presidida, Comissão Especial do Transporte Coletivo no Município de Porto Alegre, eu venho á tribuna, Sr. Presidente, fazer algumas afirmações, as quais evitei fazê-la durante todo esse tempo em que presidi a Comissão, onde me incumbiram a tarefa de neutralidade a respeito de algumas controvérsias que naturalmente, numa Comissão de doze integrantes certamente, surgiria. Isso ficou mais expreso ao final quando da votação do relatório do Ver. Cláudio Janta, que eu entendo que era tecnicamente bem feito e que no entendimento com o qual eu inclusive concordava, chegou a algumas conclusões que não eram as mais adequadas para as necessidades do momento atual do processo de transporte coletivo da cidade de Porto Alegre. É que, Sr. Presidente, nós vivemos numa situação absolutamente insuportável, injusta, caótica na medida em que concedemos uma série de benefícios, de isenções a pessoas que, na sua grande maioria,

pág. 18

são merecedoras desses benefícios, mas que têm o seu custeio transferido para os usar abalados orçamentos das pessoas de baixa renda em Porto Alegre, aquelas que têm renda mensal familiar entre um e dois salários mínimos e que, na sua grande maioria, são os pagantes do sistema de transporte, que, evidentemente, permite a bondade dessas isenções que as leis sucessivas do Município vêm concedendo.

Sr. Presidente, eu quero anunciar que estou diligenciando junto ao Ver. Moisés Barboza e junto ao Ver. Marcantônio para que as conclusões de uma proposta de emenda retificativa que nós pretendíamos que fosse objeto de análise da Comissão e que não o foi, em função de que não existia cobertura regimental para tanto, nós queremos transformar essa proposta, Ver. Paulo Brum – V. Exa., que infelizmente não pôde estar presente –, numa proposta geral, encaminhada, provavelmente, através de uma Indicação ao Poderes do Município e, por que não, do Estado e da União.

Acredito eu que não exista tarefa mais importante para nós nesta hora em que se discute o transporte coletivo por ônibus em Porto Alegre do que retirar essa canga de sobre os operários que pagam as isenções. Evidentemente que não vou discutir se elas são justas ou não, e eu entendo que várias delas têm que ser preservadas, inclusive, na íntegra, mas outras tantas precisam ser revisadas. Isso pode e deve, se atendidas uma série de proposições que nós colocávamos no voto em separado que foi ao final apresentado, acredito eu que era possível nós sonharmos com a ideia de que esta ano não teria aumento na tarifa de ônibus em Porto Alegre, e que essa, se ocorresse, seria no máximo de 2 ou 3%. Poucas medidas precisam ser tomadas para que isso seja realidade. Na nossa proposta, que vamos distribuir, inclusive, para os colegas, do item 1 ao item 4, nós analisamos situações que, por si só, representam uma redução na tarifa entre 9 e 10% do total previsto no presente ano, anunciado extra-oficialmente e em vias de ser objeto da consagração pelo Prefeito Municipal. Por isso, Sr. Presidente, digo que nunca intervi no debate que ocorreu durante a Comissão, mas me sinto autorizado a debater com a Casa a necessidade urgente de nós enfrentarmos responsavelmente esse problema, analisarmos os cinco projetos aqui existentes, modificá-los, aprová-los, rejeitá-los, mas não nos omitirmos de enfrentá-los! Discutindo-os profundamente no que couber esses projetos que há quase um ano se encontram aqui na Casa do Povo de Porto Alegre. Por isso, Sr. Presidente, fica esta minha manifestação, com o anúncio de que para mim agora

uma nova porta se abre e que darei um tratamento especial a essa área, com a responsabilidade que o voto popular me conferiu. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Presidente Valter Nagelstein; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, hoje nós começamos bem o dia, Ver.^a Mônica Leal. Muitos de nós Vereadores aqui estivemos lá no Sindha – Sindicato de Hotelaria, Bares e Restaurantes de Porto Alegre. E lá o Presidente do Sindha, Henry Chmenitsky, fez uma proposta e uma constatação, dizendo que o Prefeito Marchezan e o Ver. Valter Nagelstein, nosso Presidente, estavam lado a lado e que não era por acaso. Eu gostei muito de V. Exa., Presidente Valter - e não poderia ser diferente -, da sua postura na defesa do Parlamento que V. Exa. preside, fazendo um meio-campo, fazendo uma balança equitativa para fazer a interlocução.

Gostei também do Prefeito, que ouviu alguns elogios, mas também ouviu atentamente as críticas, e cito aqui o Ver. Mauro Zacher, que foi mais ácido um pouco. Eu acho que isso tudo, Ver. Bosco, começou diferente do ano passado. Não podemos dizer que começou sem diálogo, começou um diálogo ouvindo-se as contradições. O pessoal que não caminha muito lá no Parque da Redenção de manhã conseguiu ir para o café. O Ver. Cássia, que mateia cedo em São Borja quando está lá, poderia estar, mas certamente estava ocupado de manhã cedo. Mas o que eu quero registrar aqui é a postura do Parlamento com grande número de Vereadores que estavam lá, Ver. Oliboni, Ver. Adeli Sell, que tem uma interlocução muito próxima com o pessoal do Simpa também. Com essa postura dos Vereadores e do Prefeito, parece que começou um novo tempo de diálogo. Muitas vezes ouvi aqui V. Exa., Ver. Adeli, pedindo isso, e no diálogo, que não quer dizer que se tenha que ouvir só aquilo que a gente quer ouvir. Os dois lados precisam ouvir o que o outro lado tem para dizer. Acho que começamos bem este ano, já que o carnaval passou, as águas de março estão chegando. E eu espero que elas não sejam turvas, sejam águas cristalinas para o bem da cidade de Porto Alegre.

Também acompanhei pela imprensa, Ver. Camozzato, e lhe cumprimento pela aquisição de um Deputado, o Deputado Marcel van Hattem, para o Partido NOVO, e me solidarizo com o PP, que perdeu um Deputado. Mas isso faz parte da política. Os tabuleiros estão se formando tanto para a disputa do Governo do Estado quanto para os acomodamentos pessoais ou ideológicos. Eu acho que isso faz parte da essência da política, Ver. Moisés, que tem sido muito participativo na defesa daquilo pelo qual temos que nos unir, tanto aqui, quanto na Assembleia. Se tivermos que fazer algo que seja bom para a Cidade, para o Estado, para o País, não temos que olhar quem é o proponente ou qual é o partido; nós temos que acatar, discutir e, por que não mudar de opinião muitas vezes. Eu, se for convencido por conceitos fortes, por opiniões fortes, não tenho problema nenhum em mudar minha opinião, desde que eu seja convencido e que seja bom para população. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MAURO PINHEIRO: Cumprimento nosso Presidente, Ver. Valter; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste nas galerias. Uso meu tempo de Liderança para falar sobre o Centro Estadual de Treinamento Esportivo – CETE, localizado no bairro Menino Deus, inclusive o Ver. Cassiá já falou sobre o tema. Em uma outra oportunidade falei desta tribuna, inclusive fiz uma visita ao Governador Sartori, junto com o Deputado João Derly, para tratar desse assunto; posteriormente, conversei com outros Vereadores, inclusive com a Ver.^a Comandante Nádia, que tem uma ligação com a Brigada Militar e o Corpo de Bombeiros, marcou uma reunião com as duas corporações em que fomos muito bem recebidos; na ocasião, apresentaram-nos o projeto sobre essas duas corporações que inclui a área do Ginásio da Brigada Militar, mais a área adjacente, onde está hoje o Corpo de Bombeiros, na Rua Silva Só. Eles têm uma ideia, um projeto de leiloar aquela área, sendo que seria através de uma permuta. Aquela área será dividida em duas partes, uma das partes irá para a Aparício Borges, onde a Brigada Militar tem um efetivo, tem a escola da Polícia Militar, e os recursos seriam utilizados para uma reforma e uma construção de partes administrativas da Polícia Militar. A outra parte dessa verba, que é

onde está localizado o Corpo de Bombeiros, seria utilizada para a construção do Centro Estadual de Treinamento Esportivo – CETE na sede do Corpo de Bombeiros do Menino Deus. Então, com isso, aquela área passaria para a iniciativa privada, e o vencedor do leilão assumirá o compromisso dessas duas construções. Aquela área é bastante valorizada, está orçada em mais de R\$ 100 milhões, e esse leilão será para a iniciativa privada.

Então, seria uma parceria, através do leilão, uma permuta dessa área, como foi feito, anos atrás, pelo 18º Batalhão de Infantaria Motorizado, Ver. Moisés, com a PUC. Foi feita uma permuta com a PUC, não sei como foi feito na época, e o 18º Batalhão de Infantaria foi construído em Sapucaia e a PUC ficou com aquela área onde era o quartel.

Então, essa é a ideia do Governador Sartori. E a Polícia Militar já tem data prevista, inclusive, para esse leilão, já tem o edital na rua, e seria... Mas o que o me preocupa... Eu não sou contra a permuta, acho que é uma forma de construir, melhorar a parte administrativa tanto da Polícia Militar quanto do Corpo de Bombeiros, principalmente porque o Corpo de Bombeiros foi separado da Polícia Militar, então, precisa de uma estrutura que ainda não tem. Até sou favorável que se faça essa permuta, Ver. Reginaldo Pujol, mas o que me preocupa é pelas relações do esporte. Nós temos outros Vereadores aqui que também têm relações esportivas. Nós temos o Deputado João Derly, que é bastante ligado ao esporte, eu mesmo pratico esporte, dou as minhas corridinhas e jogo o meu futebol. E dentro do CETE a gente sabe que tem várias organizações lá que utilizam aquele espaço para treinamento. Há pessoas da comunidade que vão lá correr, tem judô, tem várias entidades que estão alojadas dentro do CETE. O Ver. João Bosco Vaz também é bem relacionado com a área esportiva, foi Secretário, o Ver. Cassiá. E a minha preocupação, quando eu estive lá no CETE, Ver. Bosco, é com aquelas pessoas que estão utilizando aquela área, por quê? Olhando o projeto, a gente vê que o Corpo de Bombeiros vai usar toda aquela área, da qual o CETE faz parte, e fará a coordenação, não sendo mais atributo da Secretaria do Estado. A preocupação dessas pessoas é como será o acesso e como será a utilização. A minha preocupação não é ser contrário ao projeto, mas sim esclarecer e ter cuidado para que as pessoas que hoje o utilizam continuem tendo o espaço do CETE, mesmo tendo a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros. A gente sabe que os militares são mais restritos, podem acabar assumindo aquele espaço, e a comunidade ter dificuldades de usá-lo. Eu já tive contato com várias

pág. 22

peessoas lá dentro que disseram estar muito preocupadas porque não conhecem o projeto. Eu já fiz dois requerimentos para a Presidência, já os protocolei, Presidente Valter, e quero de antemão pedir a V. Exa. que nos ajude a trazer principalmente o Corpo de Bombeiros para uma audiência pública, ou para um Período Temático de Comunicações, para que eles possam apresentar o projeto a toda a população mostrando como vai funcionar e dar as garantias para essas pessoas que hoje utilizam esse treinamento, que elas poderão continuar utilizando e que serão tomadas todas as medidas, pois se trata de uma área essencial para o esporte, principalmente o esporte amadora, na cidade de Porto Alegre, e que seja preservado de alguma forma. Então, é esse o apelo que quero fazer ao Presidente, para que se faça uma reunião, ou uma audiência pública, convidando o pessoal do CETE, para que possa ser esclarecido. Muito obrigado, Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ADELI SELL: Caríssimo Presidente Valter Nagelstein, eu falo aqui em nome das bancadas de oposição, do PSOL e do PT, e queria dizer que as nossas bancadas têm tido sempre uma postura clara, cristalina, republicana. Quando tivermos de fazer enfrentamentos, faremos, e assim que nós queremos agir.

O que nós estamos vendo, Ver. Cecchim, é que foi uma fala interessante, mas que, infelizmente, naquele horário, eu não pude estar lá presente. Não vou falar aqui agora, porque soube de um caso, há pouco, que vou verificar se é verdadeiro, vou falar, vou pedir a Liderança do Oliboni em outro dia. Essa não é a postura, me parece, que estão tendo alguns órgãos da Prefeitura: "O Adeli meteu o bedelho, então persegue". Estou só checando, se for verdadeiro, vou para a Justiça.

Mas agora vou falar em nome de toda a oposição. Uma das coisas que o Ver. Prof.º Alex pontuou aqui, semana passada, são as questões que dizem respeito à educação no Município de Porto Alegre.

O Ver. Alex é um professor presente, é um conhecedor das questões. E me preocupa, Ver. Alex, que está sendo aplicado o novo marco regulatório das entidades da sociedade civil, Oliboni, sem uma afronta à legislação. Mas, por debaixo do pano, está sendo feito

um conjunto de ações que, no fundo, confrontam as relações contratuais entre a Prefeitura e a prestação de serviços na área educacional e da assistência social. Vocês verificaram que o Secretário não respondeu a minha pergunta a cerca dos valores corretos, concretos, especialmente no problema da alimentação das escolas. Chegou a falar essa barbaridade de que se evita servir o aluno duas vezes para não ficar obeso. Isso é uma bobagem, isso é uma heresia o que foi falado. Eu queria lembrar que o Ver. Alex pontuou aqui todas essas questões e nós não tivemos as respostas à altura das perguntas educadas do Prof. Alex, como também não houve respostas às minhas questões. Estamos atentos e vigilantes.

Antes eu levantei a questão da confusão administrativa DMAE/DEP, quando o Ver. Carús aqui se pronunciou em Grande Expediente. Pois a gente agora tem esse jogo. Para vocês terem uma ideia, uma pessoa me passou, hoje, um documento com fotos, tudo registrado, sobre um esgoto a céu aberto, insuportável, em plena Av. Grécia. A Av. Grécia, que foi prolongada atrás do Bourbon Shopping Wallig, custeada pela Cia. Zaffari de Supermercados, entre a Rua Francisco Trein e a Alvares Cabral, tem um esgoto atrás de um megasupermercado. Vocês imaginem a situação na Cruzeiro, na Tronco, nas vilas periféricas, no Recanto Sabiá, como as coisas estão lá no Lami, como as coisas estão esburacadas na Cidade. Eu dei todas as chances – e vários colegas aqui já deram - para fechar alguns buracos que são uma temeridade. Passei, nessa semana, para a Prefeitura, um megaburaco lá perto do Colégio Monte Cristo, porque, se um carro ou uma criança caírem ali, já eram. Em plena ladeira. Nós vamos convidar os senhores e as senhoras, vou começar pelo Moisés e pelo Luciano, para comerem um bolo de aniversário de 90 dias de um buraco na ladeira. É um escândalo. O pessoal já fez plantio, tiraram a planta, agora botaram um charco com lâmpadas fluorescentes e outros objetos para que todos, de longe, vejam que há um buraco enorme e que um carro pode cair na ladeira. Rua que já foi um encanto de Porto Alegre, ali quase na esquina ao lado dos Medeiros, onde nós tínhamos confeitarias, cafés, onde era um centro nevralgico da Cidade. Esta é a Porto Alegre que está a bangu, e é por isso que, em nome da oposição, faço estas cobranças. Em nome do PT e do PSOL, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Reginaldo Pujol: Vereador-Presidente, apenas para um esclarecimento e por cautela: foram distribuídas hoje as informações sobre as sessões futuras, e aqui consta em “Avisos”, que no dia 28/2 haverá o comparecimento do Sr. Ramiro Rosário, Secretário Municipal de Serviços Urbanos, ocasião em que fará relatório sobre assuntos da pasta. Perfeito. Só uma consulta, Sr. Presidente: na última reunião de Lideranças, se decidiu que estes comparecimentos não seriam mais nas segundas e quartas-feiras, e coincide que o dia 28 é uma quarta-feira. Inclusive, estes comparecimentos nas segundas e nas quartas-feiras são o que ocasionaram diretamente estes problemas com que V. Exa. se preocupa e eu também, que é não ocorrer votação aqui na Casa, porque ficamos a tarde inteira discutindo o comparecimento. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. Só lembrando que esta decisão é válida, obviamente, a partir da última quinta-feira, quando nós, Vereadores, o Colégio de Líderes a produziu. Todavia, o agendamento do Secretário Ramiro Rosário já estava apazado, portanto permanece para a próxima quarta-feira. E também pedi ao Ver. Moisés Barboza no dia de hoje – depois vamos conversar, provavelmente no gabinete da presidência – que o governo indique alguém para tratarmos da questão do Viaduto Otávio Rocha, em prosseguimento àquela visita técnica que os Srs. Vereadores compuseram naquele dia.

O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MOISÉS BARBOZA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, boa tarde. Vou ser sucinto. Subo à tribuna para falar, em primeiro lugar, sobre o Centro Estadual de Treinamento Esportivo – CETE, sobre o qual alguns Vereadores falaram, como o Ver. Cassiá e o Ver. Mauro. Quero agradecer, em primeiro lugar, pela ideia de que a gente fizesse esta visita, que partiu, pelo o que eu fui comunicado, do Ver. Mauro Pinheiro. Quero saudar esta iniciativa, que foi, na realidade, capitaneada pela Comandante Nádia de fazer a reunião e ver a apresentação, Ver. Tarciso, do Corpo de Bombeiros, na figura do Comandante Cleber Pereira, sobre a ideia que se tem para aquele espaço. E dizer que eu, como atualmente moro no Menino Deus, vejo com muito bons olhos o fato de nós termos ainda um espaço para o esporte – e foi assim que o Corpo de Bombeiros nos recebeu, apresentou o projeto, deixou claro –, pois a

pág. 25

comunidade continuará tendo um acesso importante para a utilização, para prática esportiva ali; é uma bela ideia do Governador José Ivo Sartori. E como morador do Menino Deus, e vocês acompanharam um drama pessoal meu no ano passado, relato que existe muita insegurança pública no bairro Menino Deus; a gente, todos os dias, infelizmente, fica sabendo de casos de insegurança no Menino Deus e arredores. Acreditamos que o Corpo de Bombeiros estando ali, proporcionando a continuidade desse acesso importante à prática esportiva, mas que tendo a sua central do Corpo de Bombeiros no Menino Deus, a comunidade do Menino Deus vai manter o seu acesso ao esporte, pois hoje é responsabilidade do Esporte do Estado, e para a comunidade vai haver um ganho em segurança pública só tendo o espaço, transferindo essa responsabilidade, obviamente por ser um Corpo de Bombeiros a população que vai ter acesso vai ter também a sua segurança resguardada e o bairro também ganha muito na questão do combate à insegurança.

Ao final, quero responder aqui porque fui citado várias vezes pelo Ver. Prof. Alex Fraga, do PSOL, e pedir, encarecidamente, sem brigas partidárias de oposição e situação, ao Ver. Prof. Alex Fraga, que recentemente eu recebi um *card* que ele coloca na sua rede social dizendo que o Secretário teria dito desta tribuna que as crianças carentes não podem repetir a merenda porque isso as deixa obesas. Eu queria deixar claro para o Ver. Prof. Alex Fraga que eu li todas as notas taquigráficas e eu não encontrei essa frase. Essa frase não consta nas notas taquigráficas como uma frase do Secretário Adriano. Então, quero pedir a ele, que é professor, que me dê uma aula de redação e me mostre nas notas taquigráficas onde é que está essa frase. O que seria um absurdo. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde a todos, Vereadores, Vereadoras, a todos que nos assistem. Ver. Moisés, parabéns! Eu morei dez anos na Getúlio Vargas, bem perto da Botafogo, que saía em frente ao CETE. E eu fiz muito trabalho com crianças, principalmente crianças carentes, e por ali passaram muitos atletas de atletismo,

lançamento, assim como a Daiane passou. E aquele convívio era muito importante. Eu caminha, às vezes à tarde, às vezes, de manhã, e eu via uma multidão caminhando. Tinha uma escolinha, as crianças jogando futebol, havia um convívio social muito grande. E a Getúlio Vargas, no Menino Deus, que é centro do bairro, hoje é um local de insegurança para quem mora ali. Várias vezes eu tenho recebido pedidos que chegam ao meu gabinete para a segurança dali. Mas a segurança, na verdade, começa quando a gente tem um bom trabalho social, quando a gente tem essas crianças jogando futebol, o povo caminhando, as praças lindas. Não adianta o que o Brasil está pedindo: segurança, segurança e segurança. Mas, se nós não tivermos esse trabalho social de educação, esporte, cultura, lazer, dificilmente nós vamos ter segurança neste País, segurança como antigamente. Eu quero aqui dizer, Ver. Moisés, parabéns! Tudo o abre as portas para um bem social, para uma boa segurança, o Brasil está aplaudindo, não só Porto Alegre. O Brasil está doente e está precisando desse apoio. Eu me somo, por ter morado por muito, muitos anos no Menino Deus, e sei que aquele Bairro é um Bairro maravilhoso, aonde o CETE atendia todo aquele social que a gente tinha ali. E hoje a gente sabe do CETE. Então, parabéns ao Governador que está atendendo isso aí. Parabéns a Ver.^a Nádia pelo que ela está fazendo. É mais um social que ela está levando para dentro do Menino Deus, para que esse Menino Deus volte a ser aquele Menino Deus onde eu morei e conheci. Era isso, Presidente. Parabéns às pessoas que fazem e que não ficam somente no papel dizendo e malhando, mas que ajudam a construir. Parabéns, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): (16h03min) Havendo quorum, passamos à

ORDEM DO DIA

Aprego a Emenda nº 17, de autoria do Ver. Airto Ferronato, ao PLE nº 018/17.

Aprego a Emenda nº 18, de autoria do Ver. Airto Ferronato, ao PLE nº 018/17,

Aprego a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, ao PLL nº 152/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 152/17 à apreciação das Comissões, para Parecer.

(Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Aprego a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Moisés Barbosa, ao PLL nº 099/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Moisés Barbosa, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 099/17 à apreciação das Comissões, para Parecer.

(Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Aprego as Emendas nº 02 e 03, de autoria do Ver. José Freitas, ao PLL nº 099/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. José Freitas, solicitando dispensa do envio das Emendas nº 02 e 03 ao PLL nº 099/17 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.) **APROVADO.**

Aprego a Emenda nº 04, de autoria dos Vereadores Idenir Cecchim e André Carús, ao PLL nº 099/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 04 ao PLL nº 099/17 à apreciação das Comissões, para Parecer.

(Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

O Ver. Dr. Goulart solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 21 a 23 de fevereiro de 2018.

Em discussão o PLL nº 258/16, com Veto Parcial. (Pausa.) Não há quem queira discutir.

Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o Projeto por 28 votos **NÃO**. Mantido o Veto Parcial.

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESEDENTE (Mônica Leal): Em discussão o PLL nº 163/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 163/17, como autora.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Obrigada, Presidente, Vereadores, Vereadoras, quero sensibilizar os colegas de que hoje a pauta nº 1 da cidade de Porto Alegre e poderia dizer

que de todas as cidades do Rio Grande do Sul é a falta de segurança. Todas as pessoas primam por ter segurança para sair de casa, ir até o trabalho, retornar, ver seus filhos indo à escola, retornando, ir a uma praça fazer esporte, retornar e tudo com muita segurança. Hoje, Porto Alegre clama por mais segurança, porque a criminalidade está em vários bairros da nossa Cidade, infelizmente. Por mais que tenhamos a Brigada Militar, a Polícia Civil, a Guarda Municipal e todas as forças de segurança pública trabalhando em prol da diminuição da criminalidade e de um aumento da sensação de segurança dos porto-alegrenses, todos esses fatos têm sido, muitas vezes, maiores ao que se precisa. Esse projeto tem acontecido desde 2009 em São Paulo, lá ele se chama Operação Delegada. Ele tem como escopo autorizar que o Município possa repassar recursos financeiros para pagar horas extras à Polícia Militar, para a Polícia Civil, o que incrementaria em Porto Alegre de 30 a 40% de brigadianos nas nossas ruas. Bem sabemos que os nossos brigadianos, para incrementarem as suas rendas familiares, muitas vezes, utilizam-se de bicos. Saem dos quartéis, das ruas, tiram as fardas e vão para a rua civil fazer segurança em um posto de gasolina, em uma loja colocando em risco as suas vidas. Muitas vezes, temos brigadianos mortos nessas situações, porque não está escrito na testa do policial que ele da Brigada Militar. Sabemos bem que a farda impõe mais credibilidade, que a farda impõe mais respeito. Por isso, estamos fazendo esse projeto e pedindo a aprovação dos colegas, que a alteração que esse projeto, segurança compartilhada, possa ser aprovado, para que o Município, e já peço de antemão a aprovação da Emenda nº 1, do caro Vereador, colega Moisés Barboza, que é sair do Fundo Municipal de Segurança, que o ano passado aprovamos, saia dali o recurso para que sejam pagas essas horas extras. Ou seja, pedimos para que tenhamos mais policiais militares nas ruas de Porto Alegre, pagos por hora extra pelo Município de Porto Alegre, a partir de um convênio – depois de aprovado este projeto – um convênio entre Estado e o Município vai propiciar que os locais de maior vulnerabilidade, os locais onde se tem concentração maior de pessoas, em frente de escolas, nas ruas onde o comércio tem larga abrangência, que possam os policiais militares ser utilizados ali, ainda fardados, depois que cumprem a sua carga horária mensal, depois que cumprem as horas extras pagas pelo Estado, que eles possam também continuar na hora extra, não mais colocando as suas vidas em risco, sem a farda, mas continuem fardados, também fazendo a segurança tão necessária para Porto Alegre. Hoje nós temos um aumento com essa aprovação desse projeto de 30 a

pág. 29

40%. Alguns me perguntavam: o Secretário Schirmer, o que entende disso? Está acordado, e tem total conhecimento; o Comandante-Geral da Brigada, também com conhecimento; Prefeito Municipal e Secretário Municipal de Segurança, também com conhecimento desse projeto e que já foi tratado antes de colocar nesta Casa por esta Vereadora, por todas essas autoridades e todos viram com muito bons olhos.

São Paulo, como eu havia falado, desde 2009 está com esse projeto, em plena satisfação, tem dado excelentes resultados. Porto Alegre merece mais brigadianos, apesar dos brigadianos que já incluíram, os outros que estão fazendo concurso para inclusão nas fileiras da Brigada, podemos aumentar o numero de policiais fardados na rua, com esse projeto, segurança compartilhada, e a Prefeitura tendo toda a tranquilidade para pagar horas-extras para esses brigadianos. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 163/17.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, esse projeto se encontra na Ordem do Dia desde o ano legislativo que terminou, mais precisamente a partir do dia 27 de setembro do ano findado. É um projeto, Sra. Presidente, que eu chamaria de um projeto programático, o próprio nome fala no programa e eu diria que ele é programático na medida em que o forte do projeto são as diretrizes que ele estabelece, especialmente no art. 2º. **Óbvio**, tanto assim que ao discutir aspectos de legalidade do projeto por atribuir determinadas obrigações à municipalidade. No entanto, no exame preliminar proferido pela Procuradoria da Casa, ela salienta que os arts. 3º e 4º ao facultarem ao Governo Municipal a realização de determinados convênios, não impõem nenhuma obrigação, autoriza ou faz por antecipação. Diziam: “Mas o Governo não está pedindo autorização para isso”. Não, mas se pedir, se quiser por antecipação, nós estamos autorizando o Governo a tomar providências para o cumprimento das diretrizes e dos elevados propósitos da nossa colega, Ver.^a Comandante Nádia, que são exatamente aqueles reconhecidos pelas duas manifestações dos colegas Vereadores. Em primeiro plano, do Ver. Márcio Bins Ely, que obtém a aprovação unânime dos seus colegas da Comissão de Constituição e Justiça ao declarar

pág. 30

a inexistência de óbice para a tramitação do projeto, na conformidade ao que anteriormente havia a Procuradoria da Casa, no seu parecer prévio, estabelecido. De outro, a manifestação de V. Exa., minha cara Presidente Mônica Leal, como Relatora-Geral da matéria, numa análise comum da CEFOR, da CUTHAB, da CEDECONDH e da COSMAM, coloca uma pá de cal e recomenda a aprovação, porque os objetivos são mais do que meritórios. Se há argumento para que se contorne o problema do art. 94 usando com sabedoria a expressão “poderá”, que não é imperativa, e sim facultativa, não há por que nós ficarmos mais tempo aguardando a aprovação deste projeto de lei. Um belo projeto de lei, cumprimento a autora por ele, e, por óbvio, com a maior tranquilidade, voto a favor do projeto e quero que todos os colegas nos acompanhem na aprovação dele. Era isso, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 163/17.

O SR. JOSÉ FREITAS: Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Srs. Vereadores; Comandante Nádia, quero cumprimentá-la pelo seu projeto. Um sonho seria, Vereadora, nessa questão do comércio ilegal, que a Guarda Municipal desse conta. Isso é um sonho, porque, eu não sei se a senhora lembra, a Prefeitura, tempos atrás, já tinha convênio com a Brigada Militar. E na verdade, por que foi feito esse convênio? Porque não tinham Guardas Municipais suficientes, como não tem até hoje. Então, quando assumimos na Secretaria de Segurança, já tinha um concurso para a Guarda vigente, que expirou; abrimos um novo concurso, que ainda está vigente e, pelo andar da carruagem, estamos vendo que também não serão chamados esses novos concursados. Vai expirar o concurso para a Guarda Municipal e não serão chamados os que passaram. Quero cumprimentar o Ver. Moisés, porque ele levantou a preocupação da verba para este projeto, porque se hoje está havendo corte de horas extras no Município, como vamos colocar este projeto em prática? O Ver. Moisés fez uma emenda para que o recurso seja pego do fundo que aprovamos aqui. Encaminho, Ver.^a Comandante Nádia, eu e o Ver. Alvoní Medina, favoravelmente ao seu projeto.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 163/17.

O SR. ADELI SELL: Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, em nome do Líder, Ver. Aldacir Oliboni, direi o seguinte, Ver.^a Comandante Nádia: quem poderia ser conta um processo como este, de integração, de uma busca harmoniosa, na Cidade que é insegura, que está cada vez mais insegura? Na verdade, aqui nós temos que nos preocupar em fazer um conjunto de investidas para que os gestores públicos, em nível local e estadual – principalmente estadual, que são responsáveis pelas polícias civil e militar, corpo de bombeiros, etc. e tal -, terem consciência de que os problemas se dão em nível de municipalidade. Estamos vendo que tem 170 Municípios no Rio Grande do Sul por aí afora onde tem apenas um policial civil. É impossível dar conta dessa situação. Casos dramáticos que nós estamos vendo, Ver.^a Fernanda, de crimes terríveis que devem envolver drogas, corrupção; o caso da contadora, em Boa Vista das Missões, que acabei de ver de novo agora na imprensa, noticiado; mortes de tantas e tantas pessoas, além desses problemas gravíssimos da violência contra a mulher, o feminicídio. Mas aqui nós temos um problema grave, é que não há uma integração entre a Brigada Militar e a Guarda Municipal. O Ver. Freitas cobrou muito bem a indicação, contratação da Guarda Municipal. Nós temos um vazio. Nós temos vários guardas faltantes. Há o concurso, mas não há o aproveitamento. Mas não basta isso. Posso pegar um exemplo bem claro, Cecchim: na Praça Osvaldo Cruz estacionaram dois caminhões, um grande e um menor, num lugar onde está dito “proibido estacionar”. O que tinha nesses dois caminhões? Aquelas frutas que vêm da Ceasa, que são distribuídas. A Praça Osvaldo Cruz, não tem como cruzar. Aí é a questão da segurança. Eu falei para o Secretário Maurício: não existe mais a Praça Osvaldo Cruz. Esse lugar se tornou uma fonte de batedores de carteira, ladrões de celulares que ficam e se escondem onde tem aquelas árvores, aquelas bancas que fazem essa bagunça toda, e os caminhões ficam ali. Se nós não tivemos uma integração... Aí eu entrei em contato com a EPTC, que poderia ter ido lá e ter guinchado esses dois caminhões, mas o que faz a EPTC? Cala-se, fica quieta, não diz nada. Claro, é mais fácil cobrar multa a rodo ao invés de educar, ao invés de colaborar com a segurança. Então, nós temos que fazer essa discussão. Não adianta ficar aqui xingando:

“Esse é incompetente, esse não sei o quê”. Vamos tentar fazer um movimento coordenado, Ver.^a Comandante Nádia, para que todos nós possamos, nessas coisas que não nos dividem, agir mais conjuntamente e com força. Aquele velho ditado, não é, Bosco: Juntos somos mais. Somos mais fortes...

Há o problema dos moradores de rua. Hoje li uma matéria sobre a questão da Av. Ipiranga. Disseram que as pessoas voltaram para as famílias, etc. e tal, mas onde está o Portal Transparência, fonte oficial da administração para discutir essas questões. Como é que nós podemos, Ver.^a Mônica, interagir. Aí eu sou pego de surpresa hoje, faço uma divulgação de um evento na Cidade; dizem que não, que o evento não vai sair porque o Adeli botou o carimbo dele. Mas gente, eu estou apoiando! Eu botei o carimbo de apoio! Quer dizer, eu não posso mais fazer no Facebook, como eu fiz uma chamada para a feira do gibi, para a feira do vinil, para a feira da Vila Nova? Ah, se confirmar... Porque hoje duas pessoas me procuraram aqui para dizer que vão tirar a feira porque eu estou usando a feira. Eu não estou usando nada, gente! Por isso essa bagunça na Cidade! A Prefeitura não se deixa ajudar!

Ver. Luciano Marcantônio, eu vou às últimas consequências. Se isso for verdadeiro eu vou para a justiça, vou fazer BO na delegacia de polícia contra o gestor que está me perseguindo. Ah, vou fazer! Ficam falando em segurança, mas nós temos que ter feira para ter segurança numa praça, nós precisamos ter vida... Se isso for verdadeiro, vou fazer o maior barraco. Por isso eu não gosto de fazer, Bosco. O senhor fez uma piadinha interessante há pouco, quando eu subi aqui, nem vou repetir, não faço barraco. Mas em perseguição, vou fazer barraco. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 163/17.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, nós estamos discutindo um projeto importante, Ver.^a Nádia, importantíssimo, eu diria. Mas eu ouvi atentamente o Ver. Adeli Sell, que já foi Secretário da SMIC, e eu quero concordar em relação àquela praça lá do Coliseu, Vereadora. É falta de coragem de quem cuida dessas coisas. Eu nem sei quem é o secretário, Ver. Moisés. Isso não é culpa do Prefeito,

é do secretário. Isso é culpa do secretário anterior, do Governo Fortunati; é culpa do outro Secretário. Ver. Dr. Goulart, eles vão lhe ajudar, vão tirar o pessoal da rua, por quê? Porque terminou o convênio com a Brigada por falta de dinheiro. Quando eu cheguei à SMIC, tinha 42 Guardas Municipais para proteger a fiscalização – os números estão lá. Não tinha falta de guarda, tinha falta de coragem e de comando. Falta de coragem e de comando! Devolvi toda a guarda, Ver. José Freitas, devolvi os 42 para a Guarda Municipal para que fossem fazer o seu trabalho nas escolas e em outros lugares, e fiz o convênio com a Brigada, com 12 brigadianos, trabalhando seis em cada turno. Sabe o que aconteceu? Resolveu o seu problema. Não era falta de Guarda Municipal, era falta de comando, de coragem, de atitude, é isso, não é falta de gente na maioria das vezes, é falta de saber o que fazer. E não precisei ser truculento. Eu não tive briga com os camelôs, nada, nenhuma briga, não precisou fazer B.O. nenhum. Aí deixaram desandar. O Ver. Luciano Marcantônio é um dos culpados, achou que os haitianos era coisa humanitária, e não é! Isso é uma máfia que vem para explorar os outros, é uma máfia, não é problema humanitário, isso não é culpa do Hugo Chávez ou do Maduro. Eles vêm já cooptados para fazer negócio nas ruas, e nós ficamos com peninha. Eles tomaram conta do Centro com quinquilharias, bobagens, coisas proibidas, irregulares e ilícitas. Aí, pergunto, foi embora toda a Guarda Municipal? Foi embora, não tem mais guarda? Não tem mais fiscalização? Então, vamos parar com bobagem de dizer que falta gente; não, falta atitude do Governo passado, desse Governo, tem que ser feita alguma coisa. Não é gente que está faltando, falta atitude, isso eu vou cobrar sempre – sempre! Vi o Ver. Adeli Sell aqui se queixando que estão ameaçando. Vereador, acho que tem muito fofoqueiro nessa história. Eu não acredito que um secretário vá perseguir o Ver. Adeli Sell porque defende feiras, acho que isso é coisa de fofoqueiro. E se for verdade, aí não tem que fazer BO. Tem que fazer um pedido de exoneração daquele funcionário que cuida lá, que dá licença ou não, do fiscal que vai e deixa passar ou proíbe – é isso! Não é BO, é pedido de exoneração. Então, vamos colocar as coisas no lugar, vamos parar de falar bobagens todo o tempo, que falta isso, que falta dinheiro, que falta gente. Não! Atitude não custa nada! É só ter coragem e aplicar uma atitude correta, e isso a Cidade está esperando. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 163/17.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; colegas Vereadores e Vereadoras; só quero fazer um pequeno esclarecimento sobre a questão dos imigrantes, sobre os quais o Ver. Idenir Cecchim fez a sua manifestação, e citou o meu nome, então, acho justo eu usar aqui a tribuna. Os imigrantes, como hoje, os venezuelanos, como no passado, os imigrantes caribenhos e africanos, a partir de 2011, e nossa ação na Prefeitura foi a partir de 2013, como agora os venezuelanos, como no passado, os meus antepassados e os antepassados do Ver. Cecchim, os italianos, todos tiveram o seu momento de migração, e isso trouxe, claro, traumas para quem faz a migração e traumas para quem recebe. Mas receber imigrante é uma questão de respeitar a dignidade da pessoa humana. É uma questão que não está em discussão se nós temos condição ou não de recebê-los, as condições deles são sempre piores dos quem os recebe. Não é possível que a Alemanha esteja errada em defender mundialmente a abrigagem dos imigrantes.

Aqui, em Porto Alegre, na gestão Fortunati, numa construção com o Ministério da Justiça, com o Governo do Acre, os imigrantes caribenhos e africanos, mais especificamente senegaleses e haitianos, foram recebidos não somente pela capital, Porto Alegre, mas por todas as capitais da rota sul do Acre até aqui, num convênio com o Ministério da Justiça para podermos salvar as vidas dos africanos senegaleses e dos caribenhos haitianos. Essa é uma questão de preservação da dignidade humana. Agora, para vocês entenderem o quanto essas pessoas são qualificadas, o quanto essas pessoas têm condições de contribuir com o nosso crescimento aqui no Estado, como no passado foram os italianos, até acontecer a crise em 2015, uma crise nacional econômica, eles vinham para o Rio Grande do Sul, ficavam 4 mil em Caxias, 5 mil em Rio Grande, todos em postos de trabalho. Eles vieram para trabalhar, para gerar renda, para mandar para suas famílias, lá no Haiti, lá no Senegal recursos para não morrerem de fome lá. Não trouxeram prejuízo nenhum. A partir de 2014, a crise econômica gerou desemprego para todos, gerou desemprego para o trabalhador brasileiro e gerou desemprego para o trabalhador senegalês ou haitiano, ou para qualquer outro de qualquer parte do mundo que estava em Porto Alegre. Até hoje eu não vi uma pessoa em situação de rua, ou seja,

pág. 35

falando vulgarmente, um morador de rua haitiano ou senegalês, sendo mais de 5 mil haitianos e senegaleses aqui em Porto Alegre desde 2011. Até hoje eu não vi um haitiano ou senegalês cometer um crime contra um brasileiro – sendo 5 mil haitianos e senegaleses morando em Porto Alegre desde 2011. Então, eu só separo esse ponto de política de migração, de política de direitos humanos. E eu, como ex-Secretário Municipal de Direitos Humanos, tenho muito orgulho porque foi um dos melhores momentos da minha vida esse trabalho de abrigar aqui os imigrantes senegaleses e haitianos. São trabalhadores, são pessoas que vêm para cá preservar, salvar suas famílias que estão morrendo de fome. Quem causou isso foi também a missão do nosso Exército brasileiro, que foi ao Haiti, fez um trabalho exemplar, deixou uma marca bonita do Brasil lá, isso atraiu os haitianos. Então, não vejo nenhum mal, pelo contrário, assim como os italianos vieram com bravura, meus familiares no passado, esses imigrantes senegaleses também vieram com bravura, somam na nossa economia, somam ocupando postos de trabalho que o brasileiro não queria mais. E assim será com os venezuelanos, assim é com o brasileiro lá na Austrália, é assim como um brasileiro quando vai para os Estados Unidos ou para a Europa, todos somos um só. Um beijo no coração de vocês.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 163/17, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver.^a Mônica; Vereadores, Vereadoras, cheguei há pouco tempo aqui no plenário, estava acompanhando mais uma das escolas que estão determinadas a serem fechadas, o que tem tudo a ver com Programa Integrado de Segurança Pública, Comandante Nádia. A nossa bancada, pelo acumulado do debate que fizemos, vamos apoiar a bancada, Programa de Segurança Compartilhada no Município de Porto Alegre, porque entendemos que, sim, o Município e Estado devem agir conjuntamente pela segurança pública.

Por óbvio que nós também, ao votarmos isso, não estamos desobrigando o Estado a cumprir as suas funções. Acho que não é esse o sentido, não é, Comandante Nádia? Porque como a previsão aqui é de contratar horas extras dos brigadianos, daqui a pouquinho, alguém pode entender que o policiamento será feito a partir do momento em

que o Município contratar, se não contratar, não será feito. E eu acho que não pode ser isso, não é isso, com toda a certeza, a contratação deverá ser para interesses específicos do Município. No caso aqui está ligado ao comércio ilegal, já houve convênio.

Eu tenho um debate que parou por um tempo, e eu gostaria que a nossa Frente da Segurança assumisse, por exemplo, do mesmo jeito que aqui está proposto que o Município possa vir a pagar hora extra em alguma situação, que os eventos privados possam ressarcir a Brigada Militar por atuar nesses eventos. Porque será um absurdo que o Município pague horas extras e o Grêmio, Inter, os grandes clubes não paguem os brigadianos e os retirem das ruas, do policiamento coletivo, para utilizá-los numa atividade privada, paga, e com ingressos caros.

Então, acho que este é um tema bastante delicado. O Estado do Rio Grande do Sul tem que dar conta da segurança da Capital. E nós fazíamos o debate, na semana passada, sobre isso, é a Capital dos gaúchos, daqui se geram, infelizmente, muitas organizações criminosas, se situam na nossa Cidade e se espalham pelo Estado do Rio Grande do Sul. Portanto, nós precisamos que o Estado esteja aqui e que o Município integre informações, aqui está escrito e acho que é positivo. Todos os órgãos, Prof. Alex, eu falo em nome da oposição, que têm informações, como as nossas escolas municipais, porque 60 delas não tinham ligado as suas câmeras de vídeo de segurança, eu nem deveria falar no microfone aqui para os bandidos não saberem. Lembro, no ano passado, que a gente estava brigando porque, algumas escolas estavam vivendo situações graves, e a Brigada Militar não tem acesso direto, se a Guarda Municipal não for acionada, se não autorizar, acessar vídeo de escolas municipais. Então nós precisamos integrar essas informações, é óbvio que de uma maneira segura, mas precisamos que toda a estrutura que o Município venha a fazer... Foram promessas do Governo Marchezan de que iria fazer o cercamento eletrônico da Capital, de que iria usar as câmeras de vídeo que já estavam nas sinaleiras, que já estavam nas lombadas, me lembro disso na campanha, Ver. Oliboni. E onde estão as iniciativas do Governo Municipal de integrar informações, pelo menos, com a Brigada Militar? Onde estão as iniciativas de compor o comando integrado, aqui na Secretaria de Segurança, que foi a reivindicação de quando nós fomos visitar, no ano passado, o conselho comunitário de segurança em Petrópolis, o Centro Integrado, as câmeras de vídeos aquelas? E uma das reivindicações foi de que o Município não tirasse o representante da Guarda, como tinha tirado, dali do Centro Integrado, da Guarda, da

pág. 37

SAMU e da Polícia Federal. Por quê? Porque era muito mais rápido atuar junto quando está vendo o crime acontecer na Cidade, assim como a integração de toda a tecnologia que a Cidade venha a obter e instalar. Então eu acho que faltam essas dimensões aqui, mas cada uma dessas questões que a gente coloca, depois tem vício de origem, tem veto, tem isso e tem aquilo. Está previsto aqui segurança integrada. Vamos lá, Comandante Nádia, já que o Prefeito Marchezan não faz, quem sabe o teu projeto obrigue a integrar ações, mas não de obrigar o Estado do Rio Grande do Sul. (Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 163/17.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; público que nos assiste pela TVCâmara; eu venho à tribuna, em período de encaminhamento pelo meu partido, o PSOL, para saudar a iniciativa da Ver.^a Comandante Nádia com relação ao projeto para tentar garantir aos cidadãos desta Cidade um pouco mais de segurança.

É evidente que o quadro caótico ao qual todos estamos submetidos não é do agrado de ninguém, absolutamente ninguém. Vivemos com medo, vivemos numa situação de extrema insegurança, e os causadores deste modelo cruel que assola a todos nós é a grande desigualdade social que temos aprofundado nos últimos anos no Brasil; desigualdade social que, muitas vezes, empurra os nossos jovens para a criminalidade pela falta de perspectivas ou de um horizonte, um futuro promissor dentro de atividades laborais com legalidade, visto que as opções profissionais são muito pequenas, muito limitadas.

Eu não posso, de forma alguma, concordar com algumas manifestações que tentam caracterizar pessoas boas, pessoas ruins ou tentam colocar sobre os ombros de determinado grupo social a culpa por esta situação. Eu acredito que a culpa é dos governos que passaram e do desleixo com a questão social.

Eu não posso concordar com a fala do Ver. Idenir Cecchim, que coloca a culpa de parte desta criminalidade crescente na nossa Cidade nos migrantes caribenhos, africanos.

Eu gostaria de destacar que a minha ascendência é de origem portuguesa por parte de todos os ramos familiares mais próximos: Azambuja, Teixeira, Fraga, Silva, Ferreira. Portugueses que vieram até o Brasil para pilhar os recursos das terras indígenas, saquear este continente, violentar as mulheres. Esta é a herança histórica que os meus ancestrais trouxeram para o Brasil: violência, saque. É isso que os portugueses trouxeram para esta terra, Ver. Dr. Thiago, italianos e alemães. Por outro lado, vieram para cá porque na Europa em geral integrariam o que nós chamamos hoje no Brasil de MST, os sem-terra, sem perspectivas, sem futuro. Vieram essencialmente as pessoas que eram muito pobres, em busca de uma perspectiva e de um futuro para as suas famílias - como é o caso do Ver. Idenir Cecchim, que tem ascendência italiana -, vieram buscar possibilidade de sustento digno, de melhores condições para os seus entes. Eu não criminalizo os imigrantes sejam quais forem as suas origens, porque se eles vêm para cá, eles vêm procurando uma vida melhor, mais adequada. E muitas vezes não acham um sustento que lhes confira dignidade, e buscam, portanto, uma forma de subsistência com o que podem, com o que encontram pela frente.

Eu me entristeço diante disso porque não é construtivo para o povo brasileiro, que é um povo extremamente plural, um povo extremamente acolhedor e de uma diversidade cultural e étnica enorme, que faz com que esta terra, a terra brasileira não tenha grandes conflitos; atentados terroristas, por exemplo. Porque nós – o povo brasileiro - acolhemos bem o diferente, nós recebemos bem aqueles que não são originários da mesma terra ou que não têm a mesma ascendência nossa. Mas os ventos estão mudando, para minha infelicidade. Eu espero que nós possamos repensar as nossas falas e o nosso posicionamento para não acentuarmos discursos de ódio, que não nos levam à construção de um Brasil melhor; nos levam a um retrocesso e à violência cada vez mais crescente. Um grande abraço a todos, e faço votos, Ver.^a Comandante Nádia, de que possamos ter a aprovação do projeto de V. Exa. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Moisés Barbosa está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 163/17, pelo Governo.

O SR. MOISÉS BARBOZA: Presidente Mônica Leal, colegas que aqui nos acompanham. Rapidamente, apenas para dizer da alegria e da satisfação de assistir um projeto tão importante tomar corpo, feito a várias mãos. Quero elogiar a iniciativa do projeto, Ver.^a Comandante Nádia. Quero deixar muito claro também, por parte do Ver. José Freitas, que compreendeu que estão contemplados na Emenda nº 04 os temas que ele tanto defendeu e gostaria de dizer que acima de tudo eu tenho um sonho e acho que compartilho desse sonho com vários colegas aqui: muito menos populismo e politicagem partidária e muito mais pensar a cidade. E este projeto é uma prova incontestável disso. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 01 ao PLL nº 163/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 25 votos **SIM**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLL nº 163/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM**.

Em discussão o PLL nº 099/17. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 099/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, projeto que institui o Sistema colaborativo de segurança e monitoramento no Município de Porto Alegre. Parece que anunciava, na minha fala anterior, Ver. Carús, que seu processo viria na sequência, Ver. Carús, e não tinha me ligado. Quero dizer que está correto propor que haverá colaboração entre o Município e Estado, que garantirá parcerias com condomínios, entidades da sociedade civil organizada, estabelecimentos comerciais, agências bancárias e demais pessoas jurídicas para fornecimento de suas imagens de câmeras de vigilância e monitoramento para instalação de câmeras de vigilância e monitoramento com ampliação do Centro Integrado de Comando. Perfeito, Ver. Carús. No ano passado tentamos evoluir em Petrópolis para que as câmeras de vídeo do bairro pudessem ser integradas no Ceic. Era um projeto bastante caro, não sei se o Ceic está preparado, mas é o caminho que temos que fazer. Hoje pela manhã estive no Colégio Estadual Florinda Tubino Sampaio, e quando eu estava saindo um rapaz, motorista de

Uber chegou e me perguntou: “Vereadora, sabes se a escola tem câmeras de vídeo?” Não sei, eu disse, vamos perguntar para a diretora. “É porque às 6h45min, na frente da Escola Tubino, um carro chegou, encostou – eu estava esperando um senhor que estava chegando para eu levar – e me roubou.” Levou um carro zero, carro que ele comprou para trabalhar, documentos, aliança, tudo. Um carro que ele ainda estava em transição no seguro e não tem seguro garantido. E ele precisava muito. A Brigada Militar pediu “vês se tu consegue as filmagens da Escola para poder ajudar a elucidar o crime, quiçá, recuperar uma parte do seu patrimônio.” Depois, foi para o lado e bateu no condomínio ao lado da Escola. Então, me parece muito adequado, Ver. Carús, tensionar, estabelecer que se constitua esse cercamento eletrônico da nossa Capital, na colaboração com o esforço que fazem, individualmente, os condomínios. Na nossa Cidade está todo mundo se organizando para a interajuda, para se proteger de tamanha a violência. E não existe hora e não existe local. Eram 6h45min da manhã, sexta-feira passada, na frente da Escola Tubino, numa rua movimentadíssima. Ninguém jamais ia imaginar que precisasse se cuidar a esta hora da manhã. Eu fico e insisto, Vereadores e Vereadoras, é que nós precisamos de fato um proatividade do Governo Municipal. Porque a Secretaria Estadual de Segurança herdou, Ver. Cecchim, do Governo Federal, que colocou alguns milhões, no Governo Dilma, aquele Centro Integrado. Eu não sei se o Senhor visitou, se os demais Vereadores visitaram. E eu quero sugerir ao Presidente da Câmara que façamos uma visita coletiva ao Ceic, porque ele é belíssimo, tem telas maravilhosas. Ali é o atendimento do 190, e está despotencializado, exatamente, pela interface, por óbvio, pela dificuldade de pessoal nas ruas, de investigação, mas pela interface também com o Município, com os órgãos do Município, com a presença lá, pra ação direta. Eu acho que a nossa Câmara deveria valorizar aquele espaço, aquele equipamento. O orgulho que a Brigada Militar e que o Comando de lá têm daquele lugar e do jeito que em alguns momentos conseguiram se antecipar ao crime e identificar os meliantes. Então, eu quero dizer que há uma tecnologia bastante importante, pode ser ampliado. O Ver. Carús captou muito bem, propôs muito bem isso, vamos votar para sair do papel e ir para a vida, e proponho que a Câmara visite o Centro Integrado de Controle.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESEDENTE (Mônica Leal): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLL nº 099/17.

O SR. DR. THIAGO: Ver. André Carús, quero dizer que, obviamente, vou votar a favor do seu projeto, ele tem como grande mérito possibilitar parceria com condomínios, empresas e entidades da sociedade civil para o fornecimento dessas imagens tão importantes para a segurança das pessoas. Quando se trata de segurança – e eu ouvi atentamente o pronunciamento de alguns Vereadores, anteriormente –, Ver. Cecchim, concordo que falta realmente um pouco de atitude em algumas situações, principalmente na área da segurança pública, principalmente nas situações vinculadas à fiscalização. Eu tenho interagido bastante, assim como, sem dúvida nenhuma, a grande maioria dos Vereadores, com as questões atinentes ao bairro Cidade Baixa, e, como médico, observo, na gênese do problema, muitas vezes o consumo indiscriminado de bebida alcoólica, principalmente na rua, o que leva a uma situação de aglomeração, onde falta a presença do Poder Público e onde proliferam dos pequenos crimes para os grandes criminosos. A gente sabe que tem muitos estabelecimentos que não dá nem para chamar de estabelecimentos, são situações extremamente precárias de pessoas que vendem bebida só para a rua, não têm nada, tanto que não estão incluídos em nenhuma associação de comerciantes, porque não são comerciantes, e essas situações têm proliferado naquela região, levando ou estimulando cada vez mais a que as pessoas consumam bebida alcoólica e outros na rua. Acho que esse é um tema correlato, é um tema que a Prefeitura tem que tomar para si a iniciativa desse processo, com o apoio dos órgãos do Estado, para se ter uma maior urbanidade nessas regiões conflagradas. Basicamente, hoje, são duas: Cidade Baixa e Moinhos de Vento. Mas não dá para esquecer que movimentos de rua como esses, movimentos desorganizados de rua têm ocorrido de forma itinerante pela Cidade. Quando se consegue identificar e coibir, esse movimento muda de local. Atrapalha o sossego das pessoas, vende bebida alcoólica para menor, vende drogas, está vinculado com pessoas armadas, som alto em veículos. Fica aqui esse alerta para quando se falar em segurança pública, nunca esquecendo da teoria das janelas quebradas. Em Nova Iorque, na década de 90, pesquisadores colocaram veículos intactos em bairros extremamente agressivos e em bairros de classe média alta. Um veículo intacto no Brooklyn e outro em Palo Alto, zona rica e tranquila na Califórnia. Foi

observado que o veículo do Brooklyn rapidamente foi saqueado e o de Palo Alto continuou intacto por alguns dias, mas quando a primeira janela foi quebrada, esse veículo teve o mesmo vilipêndio que o do bairro extremamente vulnerável e agressivo como é o Brooklyn mostrando que a violência não está só no fator social, mas na falta de fiscalização, da presença do Estado.

Por isso, acho que precisamos, maduramente, junto com a comunidade, com bares e restaurantes, nesses temas atinentes à Cidade Baixa e Moinhos de Vento, discutir algumas alternativas para a Cidade. Mas quero dar os parabéns, Ver. Carús, porque o seu projeto também ajuda nesse processo de segurança da Cidade. Voto junto com Vossa Excelência.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Apregoo o Requerimento de autoria do Ver. José Freitas, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nº 02 e nº 03 ao PLL nº 099/17.

Em votação o PLL nº 099/17. (Pausa.) O Ver. André Carús está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 099/17, como autor.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, de uma maneira bem objetiva, eu quero explicar o sentido desse projeto que vem numa linha de que nós temos que compartilhar a responsabilidade por diversas áreas da Cidade. Há pouco aprovamos aqui um projeto meritório e importante, da colega Vereadora Comandante Nádia, que consagra o princípio de que o Poder Público, sem o apoio das forças e segurança do Estado para coibir os problemas urbanos não tem razão de ser. E nós temos que construir parcerias também com o setor privado, com as entidades e com as representações da sociedade civil organizada.

Ajustamos a redação do projeto, na última sexta-feira, alguns detalhes finais, com a presença da Secretária-Adjunta Municipal de Segurança, Cláudia Crusius, com representação da Guarda Municipal, com a direção do CEIC, o Centro Integrado de Comando, e também da Procempa. Fizemos essa construção, e aqui quero fazer

referência à liderança do Governo, na pessoa do nosso Líder, o Ver. Moisés, e também do vice-líder, o Ver. Luciano Marcantônio, que resultaram em duas emendas que estão aqui colocadas, a Emenda nº 01 e a Emenda nº 04. E agradeço também ao Ver. José Freitas, que vendo contemplada a redação das suas emendas, nessas outras duas, elas, sem dúvida, contribuíram para o entendimento que tenho certeza de que vai selar a aprovação desse projeto. Nós temos visto, muitas vezes, as agências bancárias, os condomínios, as empresas, as pessoas jurídicas que mantêm sede em Porto Alegre com câmeras e sistemas próprios de vigilância e monitoramento dos mais sofisticados que superam inclusive as tecnologias que são utilizadas pelo Poder Público. Muitas vezes o CEIC tem as dificuldades de identificar os responsáveis ou de instruir a responsabilização daqueles que danificam, por exemplo, o patrimônio público. O Ver. Dr. Thiago veio aqui e deu exemplo da desordem que tem sido a situação da Cidade Baixa. Sem dúvida alguma, o comércio e os condomínios da Cidade Baixa vão contribuir fornecendo imagens para que o Poder Público possa instruir da melhor forma possível a responsabilização daqueles que danificam o patrimônio público e privado. No sábado agora, visitei o bairro Petrópolis. Estive lá com a representação da Praça Nações Unidas e também com representantes do bairro Jardim Botânico. Lá há uma ansiedade para que as câmeras desses locais que estão voltadas para a via pública possam auxiliar no combate à criminalidade e na promoção da segurança urbana. Quero aqui então pedir o apoio de todos os colegas. Como diz o projeto, o termo de compromisso a ser firmado pela Prefeitura com as entidades, com as empresas, com as instituições bancárias, com os condomínios, enfim, com todos os que se interessarem será voluntário. Não se cria nenhuma obrigatoriedade e também não traz nenhuma despesa adicional para os cofres públicos municipais. Consagram um princípio que a sociedade dos dias atuais, cada vez mais, deve seguir que é o da parceira e nada mais adequado do que uma parceria para que se promova a segurança na nossa Cidade. Peço apoio aos colegas Vereadores na votação das Emendas nº 01 e nº 04 e também do Projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. André Carús. A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 099/17.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Obrigada, Presidente Valter Nagelstein. Quero falar em nome da bancada do PMDB. Este projeto, Ver. Carús, vem ao encontro do que nós pensamos, exatamente dizendo que nós precisamos de segurança em Porto Alegre. De antemão, quero agradecer os colegas Vereadores e Vereadoras pela unanimidade na aprovação do projeto “Segurança Compartilhada”. Diria que este projeto do Ver. André Carús vem complementar o “Segurança Compartilhada”, vem dizer que as câmeras que estão nas casas, nas empresas podem ser compartilhadas. Mais: devem ser compartilhadas pelos empresários, pelas pessoas físicas, por todos aqueles que têm interesse em auxiliar a Brigada Militar, a Polícia Civil, a Guarda Municipal.

O Ceic – Centro Integrado de Comando da Capital – é o órgão responsável por todo o monitoramento de diversas câmeras de segurança. Nós somos favoráveis a que as câmeras do Estado possam se comunicar com as câmeras do Município, Ver. André Carús. A gente sabe que, por conta de resolução, muitas vezes elas não se comunicam. Nós temos que fazer com que, nas cidades do Rio Grande do Sul, a tecnologia venha a auxiliar as forças de segurança pública, que, efetivamente, o videomonitoramento possa servir de planejamento operacional, que ele possa servir para investigação de roubos, de furtos, de crimes que estejam acontecendo nas ruas. Quanto mais câmeras nós tivermos lincadas ao Ceic, mais nós teremos chance de terminar com a criminalidade. O monitoramento de Porto Alegre, para aqueles que não sabem, é feito por mais de mil câmeras, 24 horas por dia, sete dias por semana. Imaginem essas câmeras sendo redobradas, colocando mais câmeras à disposição do Centro de Comando, mais condições de realizarmos a segurança, mais condições para tirarmos o crime da rua.

Por essa razão, esse sistema colaborativo, que o meu colega de bancada Ver. André Carús está propondo, eu acho que vem mostrar que esta Câmara de Vereadores tem todo interesse na segurança. Compartilhar vídeos, compartilhar imagens faz com que a Brigada Militar, a Guarda Municipal e a Polícia Civil estejam melhor respaldadas para evitar o crime ou, na impossibilidade de fazê-lo, de buscar o criminoso e levá-lo a cadeia. Para controlar as pichações, a destruição do patrimônio público e privado, essas câmeras têm todas as condições para auxiliarem as forças da segurança pública. Por este motivo, a nossa Bancada votará favoravelmente, e gostaríamos de pedir a sensibilidade, a mesma que todos os Vereadores e Vereadoras tiveram com o meu projeto, de votarem

“sim” no videomonitoramento que está sendo proposto hoje pelo Ver. André Carús. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 099/17.

A SRA. MÔNICA LEAL: Presidente Ver. Valter Nagelstein; colegas Vereadoras e Vereadores; pessoas que nos assistem aqui e pela TVCâmara. Estava ouvindo os Vereadores que me antecederam, Ver.^a Nádia e Ver. Carús, todos que usaram esta tribuna para exteriorizar o grande problema que a Capital do Rio Grande do Sul atravessa. Nós estamos com a violência que assola, que toma conta das ruas, dos bairros; nós não temos mais dias, mais horas para a violência. Todos sabemos o quanto o medo é um companheiro constante da população, isso todos temos em comum. Lembro, também, que o meu pai, Pedro Américo Leal, há muito tempo já falava da necessidade de Porto Alegre se engajar nessa luta contra o crime, contra os delitos, de fazer parcerias, de se unir ao Executivo, ao Legislativo. Aí me chega às mãos o projeto da Ver.^a Comandante Nádia que eu, por estar presidindo a Sessão, não pude votar, pelo fato da maioria simples Presidente não vota; e agora, o Ver. Valter Nagelstein assumiu o comando desta Sessão e tenho a oportunidade de utilizar a tribuna para falar do projeto do Ver. Carús, que institui o Sistema Colaborativo de Segurança e Monitoramento no Município de Porto Alegre. Parabéns, Ver. Carús, eu fico extremamente satisfeita em ver a preocupação que os senhores estão tendo num momento em que o povo clama por segurança. Um Sistema Colaborativo de Segurança, parcerias efetivas com o setor privado, com a sociedade civil organizada no combate ao crime em todos os níveis, desde os mais simples, mas que na realidade são a porta de entrada para crimes maiores, como as pichações. As pichações roubam a nossa história, a história da nossa Capital, levam a memória de um povo, de uma cidade, a medida em que são gangues que fazem verdadeiras disputas, chamadas de bondes, que disputam entre si como chegar ao mais alto andar de um prédio. Esse é um estudo, eu sou autora da indicação do Disque-Pichação, no meu primeiro mandato, me interessei muito nessa área da pichação, e na esteira disso, vem, Ver. Carús, Ver.^a Nádia, a teoria das janelas quebradas. Se nós permitirmos as pichações nos monumentos, nos

prédios da nossa Cidade, da Capital, nós estaremos com um campo fértil para que ocorra o crime, os delitos, as drogas. Então, Ver. Carús, eu quero dizer, Ver.^a Nádia, que utilizo esta tribuna extremamente satisfeita e esperançosa de que nós possamos nos unir cada vez mais e botar um fim na teoria do sem limite, do tudo pode, do destruir, do “não gostei vou pichar”, e que as pessoas sejam responsabilizadas e que essa lei municipal, por meio de termos de compromisso, que não geram despesas aos cofres municipais possa, sim, ajudar – eu sei – que as câmeras identifiquem os bandidos, os criminosos, os pichadores, e que a cidade de Porto Alegre finalmente possa preservar aquilo que tem de tão bonito, que era para ser o cartão de visitas e que nos dá uma imensa tristeza, como, por exemplo, os monumentos completamente pichados que nós visitamos no centro histórico. Eu fui Secretária da Cultura, sei bem que para restaurar, para devolver um monumento não basta chegar ali e pintar. É necessário um profissional devidamente habilitado na área da restauração dos monumentos. Isso custa caro para os cofres públicos. É o dinheiro do contribuinte, é o dinheiro do povo, que poderia muito bem ser usado em outras áreas tão importantes e necessárias. Parabéns mais uma vez, Ver. André Carús. (Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver.^a Mônica Leal. O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 099/17, pelo Governo.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Colegas Vereadores, Vereadoras, cidadãos das galerias, vou brevemente agradecer muito a Ver.^a Comandante Nádia e o Ver. André Carús pela disposição em dialogar com o Governo no sentido de que nós pudéssemos passar orientação para nossa base de votar a favor de dois projetos importantíssimos, que são pauta nacional vinculada à política de segurança. Estendo esse meu agradecimento ao Ver. José Freitas, que também participou ativamente dessa construção, e à toda Bancada do DMDB. Hoje o tema nacional é a segurança pública, temos que avançar muito nessa área, e o projeto encaminhado por esses dois Vereadores vem atender demandas da sociedade, que não aguenta mais tanta violência, tantos crimes. A política estadual do Governo Sartori tem sido extremamente efetiva, trazendo resultados e índices que vão demonstrando que, com responsabilidade, tanto o Governo Sartori,

pág. 47

quanto o Governo Marchezan, com o apoio dos dois Paramentos, têm avançado muito nessa área. Isso está comprovado através de índices de criminalidade que têm baixado cada vez mais. Tenho certeza de que ações como essa do Parlamento Integrado com o Executivo, não só na área da segurança, como em todas as áreas, são importantíssimas para darmos o resultado que a sociedade precisa. Então, agradeço muito. A orientação do Governo é favorável a este projeto, como ao projeto anterior, da Ver.^a Nádia. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 099/17.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, eu esperava maior celeridade nesta votação, razão pela qual havia me decidido a não me manifestar, em que pese, como todos que integram esta Casa, tenho preocupações semelhantes a que os colegas possuem a respeito do tema segurança pública, integração comunitária e algo semelhante. O projeto do Ver. Carús que mereceu emendas que já estão sendo discutidas, inclusive junto com o projeto, tem uma característica assemelhada ao projeto proposto pela Ver.^a Comandante Nádia, que mereceu a minha aprovação. É um projeto programático, que aborda tema da maior gravidade, da maior atualidade e que, evidentemente, deve merecer nossa atenção devida! Óbvio que um projeto dessa natureza precisará, ao final e ao cabo, ter algumas regulamentações que certamente irão ocorrer porque ele não é autoaplicado no conjunto, até porque, Sr. Presidente, ele se refere aos condomínios. Poucos sabem que temos 17 mil condomínios em Porto Alegre. Se a metade desses condomínios aderirem a esse programa, nós não teremos condições de armazenar todos os dados, os quais pareciam ser condicionantes, para a integração do processo de colaboração, o envio da totalidade desses elementos em quaisquer circunstâncias para armazenamento junto à central municipal desse particular. Mas o que eu entendo, Sr. Presidente, vendo melhor o projeto, é que não haverá essa necessidade de, sistematicamente, haver essas transferências de dados, e, sim, a disponibilização desses dados sempre que for necessário. Porque, senão, não haverá condições de armazenamento desses elementos e, por conseguinte,

transformaria em inócuo o projeto que está sendo por nós aprovado com grande intensidade.

O outro ponto que eu quero deixar muito claro que, ao lado de dezenas, centenas de condomínios que já estão com o sistema montado, outros tantos que possam vir a montar, nós temos centenas, milhares de condomínios de baixa renda com essa possibilidade dificultada. Então é preciso ter cuidado porque não temos uma legislação que só tenha por objetivo criar condições concretas da segurança daquelas áreas mais fortemente favorecidas sob ponto de vista econômico da cidade em detrimento da periferia de Porto Alegre, Ver. Tarciso. Por isso, saúdo o projeto como um grande primeiro passo, como um grande começo, que certamente, Ver.^a Comandante Nádia, não vai esgotar esse assunto, mas quem sabe seja a grande incial, a *avant-première* da exaltação da colaboração comunitária, que sei que é o objetivo principal do autor propor um programa que faça com que Porto Alegre comece a iniciar esse processo de integração e de colaboração. Por essa razão, voto a favor e acredito que o meu companheiro, Dr. Thiago, me acompanha nessa proposta. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 01 ao PLL nº 099/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)

APROVADA por 25 votos **SIM**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 04 ao PLL nº 099/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 25 votos **SIM**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLL nº 099/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM**. Parabéns, Ver. André Carús.

Ainda sobre segurança, só quero lembrar aos Vereadores - é minha área de ofício, de interesse, de especialidade - que a Constituição Federal define, no art. 144, que a segurança pública é dever do Estado e direito e responsabilidade de todos. Nesse sentido, justamente com a Comandante Nádia, nós recebemos aqui, na última sexta-feira, o Comandante do Policiamento da Capital, Coronel Jacques. E nós definimos, com o Coronel Jacques, que esta Casa fará seis audiências públicas neste primeiro semestre. Nós faremos as audiências públicas sobre a segurança pública nas regiões de jurisdição dos batalhões da Brigada Militar, buscando mobilizar toda a comunidade, as forças vivas,

as entidades empresariais, os Consepro, os clubes de serviço, Rotary, Lions, enfim, todos, para que nós alinhemos, por exemplo, grupos de Whatsapp e outras formas de mobilização da segurança pública, apoiando não só a Brigada Militar, mas também a Polícia Civil neste esforço, que, como diz a Constituição Federal, não é só do Estado, é um esforço de todos nós para melhorarmos os indicadores da segurança. Ao final deste esforço, que eu quero agradecer a todos os Vereadores – e vou pedir a colaboração de todos os mandatos para mobilizarmos as comunidades para isso – queremos fazer, no mês de julho, um seminário internacional com a Escola do Legislativo sobre segurança pública. Sinalizo, inclusive, à Comandante Nádia, que nós podemos ter aqui a presença do Chefe de Polícia de Los Angeles. Eu estou tentando também o Chefe de Polícia de Tel Aviv e outras autoridades da área da segurança pública e da defesa, especialmente da questão eletrônica hoje aplicada à segurança pública.

Fica o convite para que todos se somem neste desafio de nós enfrentarmos os números da insegurança em Porto Alegre, que são muito grandes.

O Sr. Prof. Alex Fraga (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Prof. Alex Fraga. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Treze Vereadores presentes. Não há quórum.

(17h48min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós não deveríamos nem deixar correr pauta pela proposta indecente que o Governo Marchezan colocou em processo na nossa Câmara de Vereadores, que está e segunda discussão preliminar de pauta. Sabem por que é indecente? Porque propõe autorizar parcelamento de salário, tornar legal o que é hoje ilegal. Ele quer sanar uma falta que ele faz, um

equivoco e um crime que ele faz, porque ele não comprovou até hoje que não tem recursos e por isso é obrigado a parcelar salário. A Justiça afirma que ele tem que pagar em dia e está cobrando multa, não nesses meses, obviamente, agora, que está recebendo o IPTU, quanto há muita receita, e está escancarado. Mas ele mantém sigilo sobre a receita junto ao Tribunal de Contas. E aí, então, é preciso legalizar a sua ação ilegal e propõe que esta Casa seja conivente com o parcelamento de salário. Algo que é bastante grave, duro para qualquer servidor, para qualquer trabalhador e nós nunca vamos assinar embaixo. Entendemos que um gestor que não consegue colocar as suas finanças em dia, que não consegue poupar durante o mês para pagar os seus trabalhadores e trabalhadoras tem que renunciar à gestão pública!

E mais: há uma mudança, que isso não seria absurdo negociar com a categoria, de pagar até o quinto dia útil o salário mensal. Mas isso se o Governo Marchezan tivesse o perfil de quem negocia. Poderia ter sentado, no início do ano, poderia ter dialogado com o Simpa, poderia ter evitado 40 dias de greve, fazendo um diálogo, dizendo: “Olha, estou com dificuldades financeiras, me deem até o quinto dia útil, eu vou manter a integralidade, porque eu viro o mês, por isso, por aquilo...” Era até possível, dentro de um bojo de diálogo, de transparência, de confiança, de respeito ao funcionalismo construir um dos itens que é pagar até o quinto dia útil. Mas isso no clima que está agora de anúncio continuado de ataques aos direitos dos municipais, nem isso é possível referendar. Agora, tem um dispositivo que é o de pagar lá em janeiro o décimo terceiro, Ver. Dr. Thiago. Eu quero dizer que isso é ruim para a cidade, é ruim para os servidores, é ruim para as finanças públicas, é ruim para os negócios. Os municipais são os primeiros a pagar de forma antecipada o IPTU, fazendo com que o Município possa guardar recurso, fazer render no sistema financeiro, quando recebem o seu 13º salário integralmente no dia 20 de dezembro. Ora, passar do dia 20 para o início de janeiro é desaquecer completamente a economia no final do ano, inviabilizar Natal, Ano Novo, as festas de finais de ano, o planejamento de férias, isso desorganiza profundamente a economia da cidade. Então não deve ser uma boa medida. A boa medida é incrementar crescimento, a boa medida é cobrar de quem deve, a boa medida é impulsionar o turismo na nossa cidade, é impulsionar bons projetos para o Governo Federal colocar aqui investimentos novos. Então quero dizer que nós somos absolutamente contrários ao PL, e aos ataques ao funcionalismo, que começa a tramitar na nossa Câmara em 2018.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. DR. THIAGO: Presidente, eu quero me posicionar claramente, em alto e bom tom, colocando a minha posição contrária a este projeto do Executivo que tenta legalizar o parcelamento de salário, que tenta legalizar o pagamento do 13º depois de terminado o período de gratificação natalina, tenta legalizar o ilegal. Então eu quero mais uma vez me posicionar contrário à retirada de direitos dos servidores públicos. Os servidores públicos da Prefeitura não são o problema da cidade de Porto Alegre. O problema da cidade de Porto Alegre é, sim, alguma parcela econômica, a gente não sabe qual é essa parcela, porque infelizmente a Fazenda é uma caixa preta, em que o Secretário da Fazenda vem aqui e fala em um déficit de R\$ 800 milhões por ano, e depois, no jornal, ele diz que no ano passado foram R\$ 300 milhões e que este ano vai ser melhor, então vai ser menos do R\$ 300 milhões. e vem aqui este ano e fala em R\$ 800 milhões. E aí o Tribunal de Contas quer fazer uma inspeção especial e não tem acesso aberto às contas do Município. Que é então, talvez, falta de recursos, mas principalmente uma dificuldade contínua – o que nós já tínhamos antes e continuamos tendo agora – de gestão. Agora, alguns servidores têm de parar de ficar prolatando, em grupos de redes sociais, bobagens. Alguns servidores têm de se informar, antes, sobre o que acontece nesta casa, para não ficar dizendo, em grupos de WhatsApp, bobagens. Eu falo sobre um boato que circulou hoje, afirmando que eu teria promovido sozinho um Substitutivo ao Projeto nº 011, regularizando esses absurdos. Quero dizer em alto e bom tom, de novo, que não é verdade. Não há nenhuma votação minha, como parlamentar, no sentido de retirar direitos dos servidores. Sempre me posicionei assim, sempre, e vou continuar com essa posição. Mas eu quero dizer que essa boataria absurda, injustificada, injusta só faz com que o movimento dos Vereadores, que estejam dispostos a ajudar na intermediação dos problemas e na diminuição das perdas, deixem de ter essa posição. Não eu, pois eu tenho essa posição firme por convicção. Mas, talvez, os mais frágeis possam ficar fragilizados com situações como essa. Esse tipo de coisa não constrói. Quero dizer claramente isso ao Professor Paulo. Esse tipo de situação não constrói. É importante que

seja chamada a atenção pelos seus órgãos dirigentes, por que isso prejudica todo o processo de construção de consenso, que é o que nós temos tentado aqui já há bastante tempo. Então, quero dizer isso, Ver.^a Sofia, por favor, transmita, não acredito que a ATEMPA esteja coadunando com isso, espero uma resposta da ATEMPA também, e dos órgãos dirigentes manifestando contrariedade a esse tipo de coisa. E pode vir na fonte, se for comigo, perguntem para mim, ou pelo menos estudem o que está tramitando ou não nesta Casa Legislativa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Dr. Thiago. Essas são as famosas *fake news*, que servem a alguns grupos e que não permitem que outros Vereadores possam compartilhar certas pautas. É muito triste. A minha solidariedade, Ver. Dr. Thiago, independentemente de posição, qualquer uma, mas nenhum Vereador aqui e nenhum político nem ninguém pode ser objeto de *fake news*.

A Sra. Sofia Cavedon: Apenas uma posição, já que o Vereador se referiu a mim, eu já disse ao Ver. Dr. Thiago que estou indignada e não é, com certeza, da direção da ATEMPA, mas estou levando os nomes dos colegas porque tenho absoluta clareza do compromisso que o Ver. Dr. Thiago tem com a construção das políticas do funcionalismo. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado. Visivelmente não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h59min.)